



Estratégia

CONCURSOS

Aula 03

Direito Constitucional p/ ABIN - Oficial de Inteligência (com videoaulas)

Professores: Ricardo Vale, Nádia Carolina

AULA 03 – DIREITO CONSTITUCIONAL

SUMÁRIO	PÁGINA
1 - Nacionalidade	1-20
2 – Direitos Políticos	21-50
3 – Lista de questões e Gabarito	51-60

Olá, amigos do Estratégia Concursos, tudo bem?

Na aula de hoje, encerraremos o estudo dos direitos fundamentais. Falaremos sobre os direitos de nacionalidade e os direitos políticos.

Um grande abraço,

Nádia e Ricardo

nadia@estrategiaconcursos.com.br

ricardovale@estrategiaconcursos.com.br

Nacionalidade

1- Introdução:

Segundo a doutrina dominante, os elementos constitutivos do Estado são território, povo e governo soberano. Dentre esses três elementos, o povo é o que constitui a **dimensão pessoal do Estado**. Ao contrário da população (composta pelo conjunto de pessoas que habitam o território de um Estado), o povo compõe-se dos seus nacionais, independentemente do local em que residam.

A nacionalidade é justamente o **vínculo jurídico-político** entre o Estado soberano e o indivíduo, que torna este um membro integrante da comunidade que constitui o Estado. Segundo Mazzuoli, a nacionalidade comporta duas dimensões: a **dimensão vertical** (que liga o indivíduo ao Estado) e a **dimensão horizontal** (que liga o indivíduo ao elemento povo).¹ A dimensão vertical da nacionalidade impõe obrigações ao indivíduo perante o Estado, próprias de uma relação de subordinação. Já a dimensão horizontal, pressupõe uma relação sem grau hierárquico, isto é, uma relação paritária do indivíduo com a comunidade à qual pertence.

Compete a **cada Estado legislar sobre sua própria nacionalidade**, respeitando, é claro, os compromissos gerais e particulares aos quais tenha se obrigado. O **Estado soberano** é, afinal, o único outorgante possível da nacionalidade. É ele quem tem poder para determinar quem são seus nacionais, quais as condições de aquisição da nacionalidade e, ainda, disciplinar sua perda. Pode-se afirmar, portanto, que o estabelecimento de critérios para a concessão de nacionalidade é ato de manifestação da soberania estatal.

Nacionalidade não se confunde com cidadania. A cidadania é um atributo que diferencia aqueles que possuem pleno gozo dos direitos políticos daqueles que não possuem esse direito. Já a nacionalidade é o que diferencia os nacionais dos estrangeiros, isto é, diferencia os indivíduos que possuem uma ligação pessoal com o Estado daqueles que não o tem. **O conceito de nacionalidade é mais amplo que o de cidadania**, o que se pode depreender a partir do exame do caso brasileiro. Como regra geral, todos aqueles que possuem cidadania brasileira também possuem nacionalidade brasileira. Já o contrário nem sempre é verdade! Uma criança de 5 anos de idade possui nacionalidade brasileira, mas não possui cidadania, pois ainda não goza plenamente de seus direitos políticos.

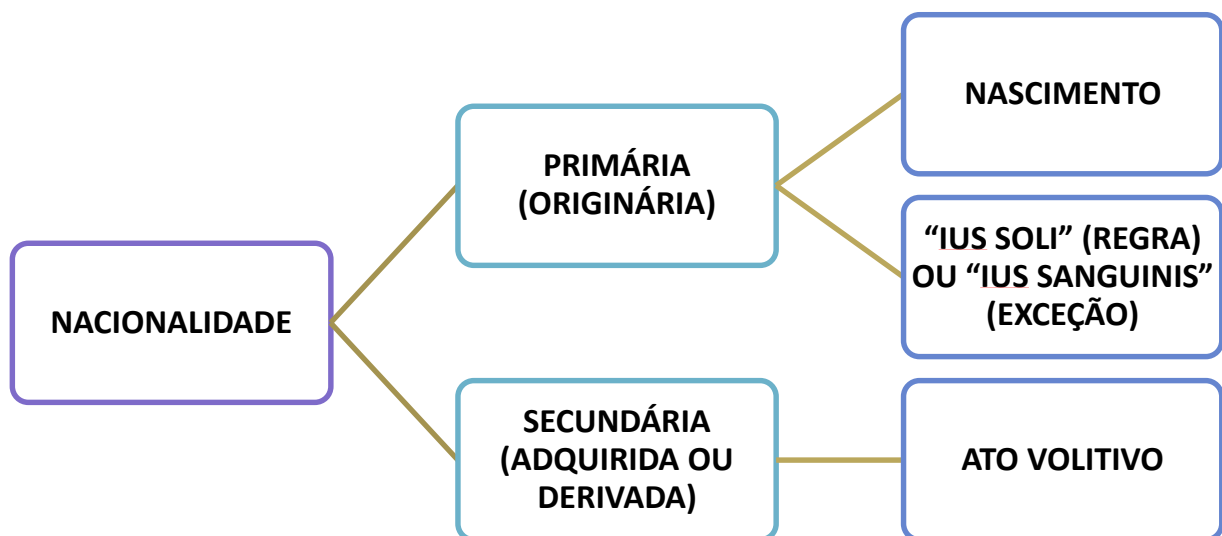
¹ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**, 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

2- Atribuição de Nacionalidade pelo direito brasileiro:

A doutrina fala na existência de dois tipos de nacionalidade: a **nacionalidade originária** (primária) e a **nacionalidade derivada** (adquirida ou secundária).

A **nacionalidade originária** é aquela que **resulta de um fato natural**, o nascimento; diz-se, portanto, que é uma forma involuntária de aquisição de nacionalidade. É atribuída ao indivíduo em razão de critérios sanguíneos ("jus sanguinis"), territoriais ("jus soli") ou mistos. Os brasileiros que recebem a nacionalidade originária são chamados de "**brasileiros natos**".

A **nacionalidade derivada**, por sua vez, aquela cuja aquisição depende de **ato de vontade (ato volitivo)**, praticado depois do nascimento; diz-se que a nacionalidade derivada é obtida mediante a naturalização. Os brasileiros que recebem a nacionalidade derivada são chamados de "**brasileiros naturalizados**".



Vejam, a seguir, como se dá a atribuição de nacionalidade originária e nacionalidade derivada no ordenamento jurídico brasileiro. Começamos com a **atribuição de nacionalidade originária**: quem são, afinal, os brasileiros natos?

Conforme já havíamos comentado, a nacionalidade originária pode ser estabelecida tanto pela **origem sanguínea** da pessoa ("jus sanguinis") quanto pela **origem territorial** ("jus soli"). Pelo primeiro critério, é nacional todo aquele filho de nacionais, independentemente de onde tenha nascido. Já pelo segundo, é nacional quem nasce no território do Estado que o adota, independentemente da origem sanguínea dos seus pais.

A Constituição Brasileira, como você verá a seguir, adotou em regra o “*jus soli*”. Há, entretanto, exceções, nas quais predomina o “*jus sanguinis*”. Vamos à análise do art. 12 da CF?

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

No art. 12, inciso I, estão as hipóteses de **aquisição de nacionalidade originária**; em outras palavras, é esse dispositivo que define quem são os **brasileiros natos**. Tente memorizá-las, caro (a) aluno (a), pois elas são constantemente cobradas nos concursos em sua literalidade.

Na **alínea “a”**, é perceptível que a Constituição adotou o critério “*jus soli*”, considerando brasileiro nato **qualquer pessoa nascida em território nacional**, mesmo que de pais estrangeiros. Entretanto, há uma exceção: se o nascido no Brasil for filho de estrangeiros que estejam a serviço de seu País, não será brasileiro nato.

Vamos a dois exemplos para ilustrar melhor esse dispositivo!

Suponha que Diego e Martha, casal de argentinos, venha ao Brasil passar suas férias. Martha está grávida, se empolga com umas “caipirinhas” e acaba entrando em trabalho de parto. Pronto! Nasceu Dieguito Jr! Trata-se de nascido no Brasil, filho de pais estrangeiros que não estavam a serviço de seu País (estavam de férias!). Será, então, brasileiro nato.

Agora, imagine que Vladislav Spetanovich, diplomata russo, venha servir aqui no Brasil, junto com sua esposa Marianova Chevichenko. Marianova engravida e nasce, aqui no Brasil, o filho do casal, Vladislav Jr. Apesar de ter nascido em território brasileiro, Vladislav Jr. é filho de pais estrangeiros que estavam a serviço da Rússia. Portanto, ele não será brasileiro nato.

Dados esses exemplos, podemos resumir a aplicação da alínea “a”, vislumbrando **três situações possíveis**:

a) Um filho de pai ou mãe brasileiros, ou ambos, nasce em território brasileiro: será brasileiro nato.

b) Um filho de estrangeiros que estão a serviço de seu país nasce em território brasileiro: **não será brasileiro nato**. Cabe destacar que é uma regra consuetudinária de direito internacional que os filhos de agentes de Estados estrangeiros, como diplomatas e cônsules, sejam normalmente excluídos da atribuição de nacionalidade pelo critério "*jus soli*".

c) Um filho de estrangeiros que não estão a serviço de seu país nasce em território brasileiro: **será brasileiro nato**.

Para finalizar os comentários sobre a alínea "a", vale destacar que o conceito de **território brasileiro** abrange, além das terras delimitadas pelas fronteiras geográficas, o mar territorial e espaço aéreo.

Na **alínea "b"**, a Constituição estabelece que são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil. O legislador constituinte adotou, aqui, o **critério "*jus sanguinis*"**, prevendo, todavia um requisito adicional: o fato de **qualquer um dos pais (ou ambos) estar a serviço da República Federativa do Brasil**, o que significa qualquer serviço prestado por órgão ou entidade da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Suponha, por exemplo, que Miguel, diplomata brasileiro, vá servir na Alemanha. Lá ele conhece a alemã Denise Fürst e com ela tem um filho: Miguel Jr. Apesar de ter nascido no exterior, Miguel Jr. é filho de pai brasileiro que estava a serviço da República Federativa do Brasil. Ele será, portanto, brasileiro nato.

Resumindo o que dispõe a alínea "b", a aquisição de nacionalidade por essa regra depende do cumprimento cumulativo de **dois requisitos**:

a) Ser filho de pai brasileiro ou mãe brasileira, ou de ambos.

b) O pai ou a mãe, ou ambos, **deverão estar a serviço do Brasil** no exterior.

"Mas, professores, e se o indivíduo que nascer no exterior for filho de pai ou mãe brasileira e estes não estiverem a serviço do Brasil?"

Excelente pergunta! Partimos aí para a terceira hipótese de aquisição de nacionalidade originária, que está prevista na alínea "c".

Na **alínea "c"**, a Constituição estabelece que são brasileiros natos "os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira".

Assim, há **duas possibilidades** diferentes de aquisição de nacionalidade quando o indivíduo nasce no exterior, **filho de pai brasileiro ou mãe brasileira que não estão a serviço do Brasil**:

- a) O indivíduo é registrado em repartição brasileira competente ou;
- b) O indivíduo vem a residir no Brasil e opta, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Na **primeira possibilidade**, o **registro** do indivíduo perante repartição competente **é condição suficiente** para que ele seja considerado brasileiro nato. Na **segunda possibilidade**, o indivíduo precisa residir no Brasil e, além disso, manifestar sua vontade. É o que a doutrina denomina **nacionalidade potestativa**.

Ressalte-se que essa manifestação de vontade somente poderá ocorrer após a maioridade. Destaque-se que a opção pela nacionalidade brasileira deverá, nesse último caso, ser feita em juízo, em processo que tramita perante a Justiça Federal.

"E se o filho de brasileiros que não estejam a serviço do Brasil e que tenha nascido no exterior vier a residir no país ainda enquanto menor? Qual será sua nacionalidade?"

Excelente pergunta! Nesse caso, o **menor será considerado brasileiro nato**. Entretanto, a aquisição definitiva de sua nacionalidade dependerá de sua manifestação após a maioridade. Uma vez tendo sido atingida a maioridade, fica suspensa a condição de brasileiro nato, enquanto não for efetivada a opção pela nacionalidade brasileira. A opção passa a ser **condição suspensiva** da nacionalidade brasileira.

Dando continuidade à análise do art. 12, que tal verificarmos as condições para a **aquisição secundária (derivada) da nacionalidade**?

Art. 12. São brasileiros:

(...)

II - naturalizados:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

Observe que, no Brasil, a aquisição de nacionalidade derivada somente se dará por **manifestação do interessado** (ou seja, será sempre expressa), mediante **naturalização**.

Na **alínea "a"**, temos a hipótese de **naturalização ordinária**, concedida aos estrangeiros que cumpram os **requisitos descritos em lei** (Estatuto do Estrangeiro). No caso de **estrangeiros originários de países de língua portuguesa**, o processo de naturalização **é facilitado**, sendo apenas exigidos dois requisitos:

- a)** residência no Brasil por um ano ininterrupto;
- b)** idoneidade moral.

Cabe destacar, entretanto, que o mero cumprimento dos requisitos não assegura ao estrangeiro a concessão da nacionalidade brasileira. A concessão da naturalização ordinária **é ato discricionário** do Chefe do Poder Executivo, ou seja, depende de uma análise quanto à conveniência e à oportunidade por parte deste.

Na **alínea "b"**, está prevista a **naturalização extraordinária**, que depende do cumprimento de **3 (três) requisitos**:

- a)** Residência ininterrupta no Brasil por mais de quinze anos;
- b)** Ausência de condenação penal;
- c)** Requerimento do interessado.

Ao contrário do que ocorre na naturalização ordinária, cumpridos esses três requisitos, o interessado tem **direito subjetivo à nacionalidade brasileira**. Portanto, esta não pode ser negada pelo Chefe do Executivo; trata-se, portanto, de ato vinculado do Presidente da República.

Por último, é importante destacar entendimento do STF no sentido de que **não se revela possível**, em nosso sistema jurídico-constitucional, a **aquisição da nacionalidade brasileira jure matrimonii**, vale dizer, como efeito direto e imediato resultante do casamento civil”². Isso porque tal hipótese não foi contemplada pela Constituição.

Esquemmatizando:

Brasileiros natos	Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país (critério “jus soli”)
	Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil (critério “jus sanguinis”)
	Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira (nacionalidade potestativa)
Brasileiros naturalizados	Os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral (naturalização ordinária – concessão ato discricionário do Presidente da República)
	Os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira (naturalização extraordinária – concessão é direito subjetivo do interessado)

3- Portugueses Residentes no Brasil:

Art.

12.....
(...)

§ 1º *Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.*

A Constituição Federal de 1988 estabelece condições favoráveis para os portugueses, que receberão **tratamento igual ao de um brasileiro**

² Ext 1.121, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 18-12-2009, Plenário, DJE de 25-6-2010.

naturalizado. Para isso, todavia, é necessário o cumprimento de dois requisitos:

- a) os portugueses deverão ter **residência permanente** no Brasil
- b) deverá haver **reciprocidade de tratamento** em favor dos brasileiros, ou seja, Portugal deverá conferir os mesmos direitos aos brasileiros que lá residam.

Veja que **não há atribuição de nacionalidade** aos portugueses nem aos brasileiros que residam em Portugal. O português vivendo com ânimo permanente no Brasil continua português; o brasileiro vivendo em Portugal continua brasileiro. O que existe é tão somente concessão de direitos inerentes aos nacionais do Estado. Dessa forma, não é necessário que um português se naturalize brasileiro para que possa gozar dos mesmos direitos que um brasileiro naturalizado, pois, sem fazê-lo, já deles pode usufruir.

4- Condição Jurídica do Nacionalizado:

Segundo o art. 12, § 2º, CF/88, “a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.” Em outras palavras, os **brasileiros natos e os brasileiros naturalizados** devem ser tratados com **isonomia**. Somente poderá haver discriminação entre um e outro nos **casos previstos na própria Constituição**. Leis que discriminem entre brasileiros natos e naturalizados são flagrantemente inconstitucionais.

Uma das principais distinções entre brasileiros natos e naturalizados diz respeito à ocupação de alguns cargos, conforme previsto no art. 12, § 3º, CF/88:

Art.

12.....
(...)

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas;

VII - de Ministro de Estado da Defesa.


Os cargos acima fazem parte de uma **lista taxativa**, caro (a) aluno (a)! Quem não está na lista não precisa ser brasileiro nato para assumir o cargo.

Como decorar a lista? Achando a lógica dela! Vamos à explicação...

O legislador constituinte buscou assegurar que o **Presidente da República** fosse brasileiro nato para garantir a soberania nacional, ou seja, para garantir que o Chefe do Executivo não usaria o cargo para servir a interesses de outros Estados. Para isso, também só permitiu a brasileiros natos o acesso a **cargos que podem suceder o Presidente**: Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal e Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Também em nome da defesa da soberania nacional, nosso constituinte restringiu o acesso à **carreira diplomática**. Isso porque o diplomata representa o Brasil em outros Estados, e poderia mais facilmente sucumbir aos interesses destes se fosse naturalizado. Seria difícil para um argentino naturalizado brasileiro celebrar um tratado que favorecesse o Brasil em detrimento da Argentina, por exemplo.

A explicação para o acesso somente de brasileiros natos aos dois últimos cargos é ainda mais óbvia! Somente o brasileiro nato pode ser **oficial das Forças Armadas** ou **Ministro do Estado da Defesa**. Isso para diminuir o risco de os ocupantes desses cargos favorecerem qualquer outra nação em caso de guerra. Imagine as Forças Armadas pedirem a um naturalizado que bombardeie a terra em que nasceu! Dificilmente a ordem seria acatada, não é mesmo? E o Ministro da Defesa? Como planejará usar as Forças Armadas brasileiras contra seus próprios conterrâneos? Seu julgamento certamente ficaria comprometido, com graves danos à segurança do Brasil...

	<p>As bancas examinadoras adoram fazer pegadinhas sobre esse tema. Vejamos, abaixo, alguns detalhes sobre os quais vocês devem ficar bastante atentos:</p> <ol style="list-style-type: none">1) O Senador ou Deputado Federal não precisa ser brasileiro nato. Apenas devem ser brasileiros natos o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal.2) O único Ministro de Estado que deve ser brasileiro nato é o Ministro da Defesa. Os outros Ministros podem ser brasileiros naturalizados.3) Os portugueses equiparados não podem ocupar cargos privativos de brasileiro nato. Isso porque eles recebem o tratamento de brasileiro naturalizado.
---	--

Há, ainda, outras distinções constitucionais entre brasileiros natos e brasileiros naturalizados:

- a) O art.89, inciso VII, da CF/88 estabelece que **6 (seis) vagas do Conselho de República**, órgão superior de consulta do Presidente da República, foram reservadas para **brasileiros natos**.
- b) O art. 5º, inciso LI, da CF/88 estabelece que os brasileiros natos não serão, em hipótese alguma, extraditados. Já os **brasileiros naturalizados poderão ser extraditados** em caso de crime comum cometido antes da naturalização ou de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- c) O art. 222 da CF/88 estabelece restrições ao direito de **propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora de sons e imagens**. Só poderão ser proprietários desse tipo de empresa **brasileiros natos ou os naturalizados há mais de 10 anos**. Se essa empresa for uma sociedade, pelo menos **70% do capital total e votante** deverá pertencer a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos. Um brasileiro naturalizado há menos de 10 anos também não poderá participar da gestão desse tipo de empresa.

5- Perda da Nacionalidade:

A perda da nacionalidade é a **extinção do vínculo patrial** que liga o indivíduo ao Estado. No Brasil, a perda da nacionalidade ocorrerá nos termos do art. 12, § 4º, CF/88:

Art.

12.....

(...)

§4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

II - adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:

a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira;

b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis;

Conforme é possível depreender a partir da análise do dispositivo supracitado, há **duas hipóteses de perda da nacionalidade**:

a) Cancelamento de naturalização (art.12, §4º, I): O cancelamento de naturalização será determinado por **sentença judicial**, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional. Uma vez que tenha transitado em julgado essa ação, o indivíduo somente poderá readquirir a nacionalidade brasileira mediante uma **ação rescisória**, não sendo possível uma nova naturalização. Destaque-se que, como não poderia deixar de ser, essa primeira hipótese de perda de nacionalidade somente se aplica a brasileiros naturalizados.

b) Aquisição de outra nacionalidade (art.12, §4º, II): Essa segunda hipótese de perda de nacionalidade se aplica tanto a brasileiros natos quanto a brasileiros naturalizados. É o que a doutrina denomina de **perda-mudança** ou de perda da nacionalidade por **naturalização voluntária**. Destaque-se que a **reaquisição** de nacionalidade brasileira no caso de perda por naturalização voluntária será feita mediante **decreto do Presidente da República**, se o indivíduo estiver domiciliado no Brasil.

Perderá a nacionalidade brasileira aquele que adquirir voluntariamente outra nacionalidade, **salvo nos seguintes casos**:

- **Reconhecimento de nacionalidade originária** pela lei estrangeira. Suponha, por exemplo, que Giani Canavarro (brasileiro nato) seja filho de pai italiano e, portanto, tenha direito, pela lei italiana, a ser também italiano nato. Veja que, nesse caso, a lei estrangeira está reconhecendo nacionalidade originária a Giani (afinal, ele será italiano nato). Portanto, ao adquirir a nacionalidade italiana, Giani **não perderá a nacionalidade brasileira**. Ele ficará com uma dupla nacionalidade (polipatria)
- **Imposição de naturalização**, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. Suponha que a lei de um país "X" determine que o indivíduo somente poderá se casar com uma nacional daquele país caso obtenha sua naturalização. Perceba que a naturalização está sendo imposta como uma condição para o exercício de um direito civil (o casamento). Logo, esse indivíduo, ao adquirir a nacionalidade estrangeira, **não perderá a nacionalidade brasileira**. Também nesse caso, o indivíduo ficará com dupla nacionalidade.

6- Língua e Símbolos Oficiais:

Só para cobrirmos qualquer surpresa na prova, peço que leia o art. 13, transcrito a seguir, que somente poderá ser pedido em sua literalidade.

Art. 13. *A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.*

§ 1º - *São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.*

§ 2º - *Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.*



1. (CESPE/TCDF/TAP – 2014) Cidadão português que legalmente adquira a nacionalidade brasileira não poderá exercer cargo da carreira diplomática, mas não estará impedido de exercer o cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores.

Comentários:

Os cargos da carreira diplomática são privativos de brasileiro nato (art. 12, § 3º, V, CF), enquanto o de ministro de Estado das Relações Exteriores é acessível a todos os brasileiros, inclusive naturalizados. Questão correta.

2. (CESPE/TJ CE/ TJAA – 2014) Em relação aos direitos de nacionalidade, assinale a opção correta considerando o disposto na CF.

a) Considera-se brasileiro naturalizado o nascido no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe estrangeira, se o pai estiver a serviço da República Federativa do Brasil.

b) O Distrito Federal e os municípios poderão ter símbolos próprios.

c) Aos portugueses com residência permanente no país, serão atribuídos os direitos inerentes a brasileiro nato.

d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que cometer crime contra a vida do presidente da República.

e) É privativo de brasileiro nato o cargo de juiz de direito.

Comentários:

A letra A está incorreta. Nesse caso, o brasileiro é nato, não naturalizado (art. 12, I, "b", CF).

A letra B está correta. O art. 12, § 3º, da Constituição, dispõe que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

A letra C está incorreta. A Constituição (art. 12, § 1º) não assegura os direitos dos brasileiros natos, mas sim dos naturalizados. Além disso, exige-se reciprocidade em favor dos brasileiros.

A letra D está incorreta. Não há tal previsão na Constituição. A Carta Magna prevê que será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

a) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

b) adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

A letra E está incorreta. O cargo de juiz não é privativo de brasileiro nato, uma vez que não consta do rol do § 2º do art. 12 da Constituição.

A letra B é o gabarito.

3. (CESPE/Polícia Federal – 2014) Considere que uma criança tenha nascido nos Estados Unidos da América (EUA) e seja filha de pai americano e de mãe brasileira, que trabalhava, à época do parto, na embaixada brasileira nos EUA. Nesse caso, a criança somente será considerada brasileira nata se for registrada na repartição brasileira competente nos EUA.

Comentários:

Nesse caso, como a mãe brasileira está no exterior a serviço do Brasil, a criança será brasileira nata independentemente de registro na repartição brasileira competente nos EUA (art. 12, I, "b", CF). Questão incorreta.

4. (CESPE/MDIC – 2014) Considere que Ana, cidadã brasileira, casada com Vladimir, cidadão russo, ocupe posto diplomático brasileiro na China quando Victor, filho do casal, nascer. Nessa situação, Victor será considerado brasileiro nato.

Comentários:

Nesse caso, como Ana está na China a serviço da República Federativa do Brasil, Victor será brasileiro nato (art. 12, I, "b", CF). Questão correta.

5. (CESPE/Câmara dos Deputados – 2014) Se um casal formado por um cidadão argentino e uma cidadã canadense for contratado pela República do Uruguai para prestar serviços em representação consular desse país no Brasil e, durante a prestação desses serviços, tiver um filho em território brasileiro, tal filho, conforme o disposto na CF, será brasileiro nato.

Comentários:

Vejamos o que dispõe o art. 12 da Constituição Federal:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

*a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, **desde que estes não estejam a serviço de seu país.***

O casal, nesse caso, não está a serviço do seu país (nenhum deles é do Uruguai!). O filho, é, portanto, brasileiro nato. Questão correta.

6. (CESPE / TJ-RR - 2012) Suponha que Jean tenha nascido na França quando sua mãe, diplomata brasileira de carreira, morava naquele país em razão de missão oficial. Nessa hipótese, segundo a CF, Jean será automaticamente considerado brasileiro naturalizado, com todos os direitos e deveres previstos no ordenamento jurídico brasileiro.

Comentários:

Nesse caso, Jean será automaticamente considerado **brasileiro nato**, com base no art. 12, I, "b", da Constituição Federal. Ele nasceu no exterior, mas é filho de mãe brasileira que estava a serviço do Brasil. Questão incorreta.

7. (CESPE / TRF 2ª Região - 2013) Com a Emenda Constitucional n.º 54/2007, passaram a ser considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai e mãe brasileiros, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir no Brasil após atingir a maioridade.

Comentários:

Os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, serão brasileiros natos desde que sejam **registrados na repartição brasileira competente** ou

venham a residir no Brasil e optem, em qualquer tempo, após atingida a maioria, pela nacionalidade brasileira. Perceba que, ao contrário do que afirma a questão, não basta que o indivíduo venha a residir no Brasil; além disso, é necessário que ele faça a opção pela nacionalidade brasileira, o que somente poderá ocorrer após a maioria. Questão incorreta.

8. (CESPE / TRF 2ª Região - 2013) Serão considerados brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos, mas, com relação aos originários de países de língua portuguesa, a CF prevê somente que tenham residência permanente no país como condição para adquirir a nacionalidade brasileira.

Comentários:

A Constituição Federal prevê que serão considerados brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade **residentes no Brasil há mais de quinze anos e sem condenação penal**, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. Não basta, portanto, ter residido no nosso país por mais de quinze anos para adquirir a nacionalidade brasileira. Também no caso de originários de países de língua portuguesa, não basta a residência permanente no Brasil por um ano ininterrupto (prazo mínimo que o enunciado nem mencionou!). Exige-se, também, **idoneidade moral**. Questão incorreta.

9. (CESPE / TJ-AC - 2012) O cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores e o de ministro da Defesa são privativos de brasileiros natos.

Comentários:

O cargo de Ministro das Relações Exteriores não é privativo de brasileiro nato. Questão incorreta.

10. (CESPE / TRE-MS - 2013) O brasileiro naturalizado não pode ocupar o cargo de deputado federal, privativo de brasileiro nato.

Comentários:

O cargo de deputado federal não é privativo de brasileiro nato. Portanto, o brasileiro naturalizado poderá ocupar o cargo de deputado federal. Questão incorreta.

11. (CESPE / TRE-RJ - 2012) Os efeitos jurídicos de sentença transitada em julgado que trate da perda da nacionalidade

brasileira não são personalíssimos, podendo-se estender, portanto, a terceiros.

Comentários:

Os efeitos jurídicos da perda de nacionalidade são, sim, personalíssimos. Não se estendem a terceiros. Questão incorreta.

12. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) Segundo estipula a CF, na parte em que trata dos direitos de nacionalidade, é privativo de brasileiro nato o exercício do cargo de ministro de Estado.

Comentários:

O único cargo de Ministro de Estado que é privativo de brasileiro nato é o de Ministro da Defesa. Questão incorreta.

13. (CESPE / MPE-RN - 2009) Os cargos de deputado federal e senador da República são privativos de brasileiros natos.

Comentários:

Nenhum desses cargos consta da lista do art. 12, § 3º, da Constituição. Portanto, não se trata de cargos privativos de brasileiros natos. Questão incorreta.

14. (CESPE / MPE-SE - 2010) Os estrangeiros originários de países de língua portuguesa adquirirão a nacionalidade brasileira se mantiverem residência contínua no território nacional pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização.

Comentários:

Os estrangeiros originários de países de língua portuguesa adquirem nacionalidade brasileira cumprida a exigência de residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral (art. 12, II, "a", CF). Questão incorreta.

15. (CESPE / TCE-BA - 2010) Somente o brasileiro naturalizado pode perder sua nacionalidade em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

Comentários:

É verdade! Trata-se, nesse caso, de cancelamento de naturalização (art. 12, § 4º, I, CF), aplicável apenas a brasileiros naturalizados. Questão correta.

16. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira somente podem ser considerados brasileiros natos se, após registrados em repartição brasileira competente, vierem a residir no Brasil e optarem pela nacionalidade brasileira.

Comentários:

Para o nascido no exterior, filho de pai brasileiro ou mãe brasileira, há duas possibilidades de ser considerado brasileiro nato:

- a) ser registrado em repartição brasileira competente ou;
- b) vir a residir no Brasil e optar, a qualquer tempo, após a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Perceba que, ao contrário do que afirma a questão, se o indivíduo for registrado em repartição brasileira competente, ele será brasileiro nato **independentemente de vir a residir no Brasil**. Questão incorreta.

17. (CESPE / TRE-MT - 2010) A legislação infraconstitucional não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, de modo que, em virtude do princípio da igualdade, as únicas hipóteses de tratamento diferenciado são as que constam expressamente do texto constitucional.

Comentários:

É isso mesmo! De acordo com o § 2º do art. 12 da Constituição, a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição. Questão correta.

18. (CESPE / TRE-MT - 2010) A naturalização é um direito público subjetivo que constitui ato administrativo de caráter vinculado, uma vez que o chefe do Poder Executivo encontra-se obrigado a concedê-la, desde que sejam atendidos os requisitos legais e constitucionais para sua obtenção.

Comentários:

Isso só ocorre na naturalização extraordinária (art. 12, II, "b", CF). A naturalização ordinária é ato discricionário, comportando análise quanto à sua conveniência e oportunidade (art. 12, II, "a", CF). Questão incorreta.

19. (CESPE / TRE-MT - 2010) Aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato.

Comentários:

Preste atenção neste detalhe: aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro **naturalizado** (art. 12, § 1º, CF). Questão incorreta.

20. (CESPE / Banco Central - 2009) A perda da nacionalidade brasileira pode decorrer de ato do ministro da Justiça ou de decisão judicial e tem como consequência o retorno do indivíduo à situação de estrangeiro.

Comentários:

A perda da nacionalidade pode se dar por sentença judicial (se for praticada atividade nociva ao interesse nacional) ou por aquisição de outra nacionalidade. (art. 12, § 4º, CF). Questão incorreta.

21. (CESPE / OAB - 2009) Em nenhuma hipótese, brasileiro nato perde a nacionalidade brasileira.

Comentários:

É possível que o brasileiro nato perca sua nacionalidade **caso adquira outra nacionalidade**, ressalvados os seguintes casos: **i)** reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; **ii)** imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. Questão incorreta.

22. (CESPE / ANATEL - 2009) Mário, casado com Ângela, é analista administrativo da ANATEL e esteve a serviço dessa agência em Paris nos meses de outubro e novembro de 2008, quando, nesse período, nasceu seu filho Lúcio, em hospital de Brasília. Caso Lúcio tivesse nascido em Paris, ele não poderia ocupar os cargos de ministro do Supremo Tribunal Federal e de oficial das Forças Armadas, haja vista que esses cargos são privativos de nascidos no Brasil.

Comentários:

Ainda que Lúcio tivesse nascido em Paris, seria brasileiro nato, por incidir na hipótese do art. 12, I, "b", da Constituição Federal. Ele teria nascido no exterior, mas seria filho de pai brasileiro a serviço do Brasil. Por isso, poderia, sim, ocupar os cargos de oficial das Forças Armadas e Ministro do STF, que são privativos de brasileiro nato. Questão incorreta.

23. (CESPE / INSS - 2010) O filho do embaixador da China no Brasil, caso nasça em território nacional, é considerado brasileiro nato.

Comentários:

Segundo o art. 12, I, a, são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, ***desde que estes não estejam a serviço de seu país***. Como o embaixador estava a serviço da China aqui no Brasil, seu filho não será brasileiro nato. Questão incorreta.

24. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) As distinções entre brasileiros natos e naturalizados, além das constantes na CF, devem ser previstas em lei complementar.

Comentários:

Somente a Constituição pode estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados. Questão incorreta.

Direitos Políticos

1- Conceitos Iniciais:

Para iniciarmos nosso estudo sobre os direitos políticos, nada melhor que defini-los, não é mesmo?

Os direitos políticos são aqueles que **garantem a participação do povo** no **processo de condução da vida política nacional**. Segundo o Prof. Alexandre de Moraes, "são o conjunto de regras que disciplina as formas de atuação da soberania popular".³ São direitos relacionados ao **exercício da cidadania**.

Os direitos políticos são, portanto, **instrumentos de exercício da soberania popular**, característica dos regimes democráticos. Esses regimes podem ser de três diferentes tipos:

- a) **Democracia direta**: é aquela em que o povo exerce o poder diretamente, sem intermediários ou representantes;
- b) **Democracia representativa ou indireta**: é aquela em que o povo elege representantes⁴ que, em seu nome, governam o país;
- c) **Democracia semidireta ou participativa**: é aquela em que o povo tanto exerce o poder diretamente quanto por meio de representantes. Trata-se de um sistema híbrido, com características tanto da democracia direta quanto da indireta. É adotada no Brasil, que utiliza certos institutos típicos da democracia semidireta, tais como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de leis.

A doutrina classifica os direitos políticos em duas espécies: **i)** direitos políticos positivos e; **ii)** direitos políticos negativos.

Os **direitos políticos positivos** estão relacionados à participação ativa dos indivíduos na vida política do Estado. São direitos relacionados ao **exercício do sufrágio**. Por outro lado, **direitos políticos negativos** são as normas que **limitam o exercício da cidadania**, que impedem a participação dos

³ MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**, 9ª edição. São Paulo Editora Atlas: 2010, pp. 538.

⁴ Na representação, o representante exerce um mandato e não fica vinculado à vontade do povo (mandato livre), diferentemente do que ocorre no mandato imperativo, em que o representante se vincula à vontade dos representados, sendo apenas um veículo de transmissão desta. Além disso, ele não representa apenas os seus eleitores, mas toda a população de um território (mandato geral).

indivíduos na vida política estatal. São as inelegibilidades e as hipóteses de perda e suspensão dos direitos políticos:

2- Direitos Políticos Positivos:

Os **direitos políticos positivos**, conforme já afirmamos, estão relacionados à **participação ativa** dos indivíduos na vida política do Estado. A essência desses direitos é traduzida pelo art. 14, incisos I a III, CF/88.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

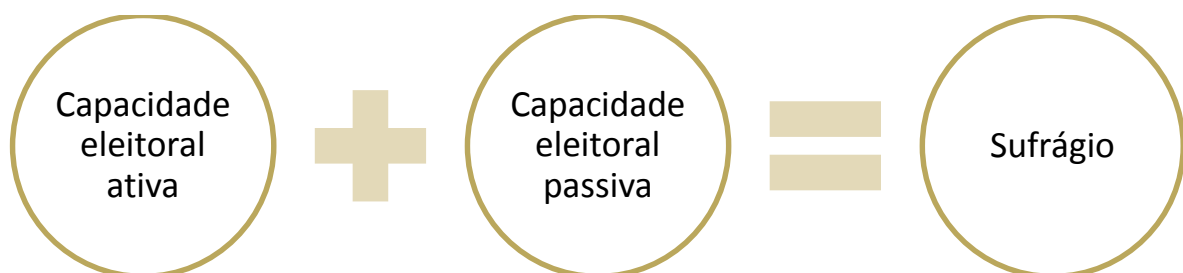
I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

Os direitos políticos positivos estão relacionados ao exercício do sufrágio. Ao contrário do que muitos pensam, **sufrágio não é sinônimo de voto**. O sufrágio é um direito público e subjetivo. O voto é o instrumento para o exercício do sufrágio.

Direito de sufrágio é a **capacidade de votar e de ser votado**; em outras palavras, o sufrágio engloba a capacidade eleitoral ativa e a capacidade eleitoral passiva. A **capacidade eleitoral ativa** representa o direito de alistar-se como eleitor (alistabilidade) e o direito de votar; por sua vez, a **capacidade eleitoral passiva** representa o direito de ser votado e de se eleger para um cargo público (elegibilidade).



De acordo com a doutrina, o sufrágio pode ser de dois tipos:

a) Universal: quando o direito de votar é concedido a todos os nacionais, independentemente de condições econômicas, culturais, sociais ou outras condições especiais. Os **critérios** para se determinar a capacidade de votar e de ser votado são **não-discriminatórios**. A Constituição Federal de 1988 **consagra o sufrágio universal**, assegurando o direito de votar e de ser votado

a todos os nacionais que cumpram **requisitos de alistabilidade e de elegibilidade**.

b) Restrito (qualificativo): quando o direito de votar depende do preenchimento de algumas condições especiais, sendo atribuído a apenas uma parcela dos nacionais. O sufrágio restrito pode ser **censitário**, quando depender do preenchimento de condições econômicas (renda, bens, etc.) ou **capacitário**, quando exigir que o indivíduo apresente alguma característica especial (ser alfabetizado, por exemplo).

Voltando ao art. 14, da CF/88, percebe-se que a CF/88 explica que a **soberania popular será exercida** pelo **sufrágio universal** e pelo **voto direto e secreto** e, nos termos da lei, mediante **plebiscito, referendo e iniciativa popular de leis**.

O voto, como já se disse, é o instrumento para o exercício do sufrágio. A CF/88 estabelece que este deverá ser **direto, secreto, universal, periódico** (art. 60, § 4º, CF), **obrigatório** (art. 14, § 1º, I, CF) e com **valor igual para todos** (art. 14, caput). Dentre todas essas características, **a única que não é cláusula pétrea é a obrigatoriedade de voto**, ou seja, é a única que pode ser abolida mediante emenda constitucional.

E o que são plebiscito e referendo?

Tanto o plebiscito quanto o referendo são **formas de consulta ao povo** sobre matéria de grande relevância. A diferença entre esses institutos reside no momento da consulta. No **plebiscito**, a consulta se dá **previamente à edição do ato** legislativo ou administrativo; já no **referendo**, a consulta popular ocorre **posteriormente à edição do ato** legislativo ou administrativo, cabendo ao povo ratificar (confirmar) ou rejeitar o ato.

2.1- Capacidade eleitoral ativa:

A capacidade eleitoral ativa é a **aptidão** do indivíduo **para exercer o direito de voto** nas eleições, plebiscitos e referendos. No Brasil, a capacidade eleitoral ativa é adquirida mediante a inscrição junto à Justiça Eleitoral; depende, portanto, do **alistamento eleitoral**, a pedido do interessado. É com o alistamento que se adquire, portanto, a capacidade de votar.

Além da capacidade de votar, a qualidade de eleitor dá ao nacional a **condição de cidadão**, tornando-o apto a exercer vários outros direitos

políticos, como ajuizar ação popular ou participar da iniciativa popular de leis. Destaque-se, todavia, que o alistamento eleitoral, por si só, **não é suficiente** para que o indivíduo possa exercer **todos os direitos políticos**. Com o alistamento eleitoral, o cidadão garante seu direito de votar, **mas não o de ser votado**, uma vez que o alistamento é apenas uma das condições de elegibilidade. Assim, para usufruir de todos os direitos políticos, é necessário o preenchimento de outras condições, que estudaremos mais à frente.

O **alistamento eleitoral** está regulado pelo art. 14, CF/88. Nesse dispositivo, encontramos as situações em que o alistamento eleitoral é **obrigatório**, **facultativo** ou mesmo **proibido**. Vejamos:

Art.**14**.....**§1º** - O alistamento eleitoral e o voto são:**I** - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;**II** - facultativos para:**a)** os analfabetos;**b)** os maiores de setenta anos;**c)** os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.**§ 2º** - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

A Constituição Federal determina que **apenas brasileiros** (natos ou naturalizados) **poderão se alistar**; os estrangeiros são inalistáveis e, portanto, não podem votar e ser votados. Em outras palavras, os estrangeiros não podem ser titulares da capacidade eleitoral ativa, tampouco da capacidade eleitoral passiva. Destaque-se que os **portugueses equiparados**, por receberem tratamento equivalente ao de brasileiro naturalizado, **poderão se alistar** como eleitores.

O **alistamento eleitoral também é vedado aos conscritos**, durante o serviço militar obrigatório. Para seu melhor entendimento (e memorização), esclareço que conscrito, em linhas gerais, é o brasileiro que compõe a classe de nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de um mesmo ano, chamada para a seleção, tendo em vista a prestação do serviço militar inicial obrigatório. Além disso, o **TSE considera conscritos** os **médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários** que prestam serviço militar obrigatório.⁵

O alistamento eleitoral é **obrigatório** para os **maiores de 18** (dezoito) anos. Por outro lado, será **facultativo** para os **analfabetos**, os **maiores**

⁵ Resolução do TSE nº 15.850/89.

de 70 (setenta) anos e os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adotou posição importante sobre o **voto dos portadores de deficiência grave** cuja natureza e situação impossibilite ou torne extremamente oneroso o exercício de suas obrigações eleitorais. Ao analisar esse caso, o TSE observou que o legislador constituinte, ao estabelecer como facultativo o voto para os maiores de 70 anos, levou em consideração as **prováveis limitações físicas decorrentes da idade avançada**.

Ora, um portador de deficiência grave, como os tetraplégicos e os deficientes visuais **podem se encontrar em situação mais dificultosa do que a dos idosos**. Em razão disso, o TSE considerou que havia lacuna no texto constitucional (e não um silêncio eloquente!) e editou a Resolução TSE nº 21.920/2004, que dispõe que "**não estará sujeita a sanção a pessoa portadora de deficiência que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais, relativas ao alistamento e ao exercício do voto**". Destaque-se, todavia, que a própria Resolução TSE nº 21.920/2004 fez questão de destacar que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todas as pessoas portadores de deficiência.

Outra questão relevante analisada pelo TSE, que deu origem à Resolução nº 20.806/2001 diz respeito à exigência de comprovação de quitação do serviço militar para fins de alistamento dos indígenas. Constatando lacuna na legislação, o Tribunal considerou que **somente os índios integrados** (excluídos os isolados e os em via de integração) **seriam obrigados à comprovação de quitação do serviço militar para poderem se alistar**.

Esquematizando:

**ALISTAMENTO E
VOTO
OBRIGATÓRIOS**

**ALISTAMENTO
E VOTO
FACULTATIVOS**

**ALISTAMENTO
E VOTO
VEDADOS**

• **PARA MAIORES DE 18 ANOS**

• **PARA ANALFABETOS;**
• **MAIORES DE SETENTA ANOS;**
• **MAIORES DE DEZESSEIS E MENORES DE DEZOITO ANOS.**

• **PARA OS ESTRANGEIROS**
• **DURANTE O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO, PARA OS CONSCRITOS.**

2.2 - Capacidade eleitoral passiva:

A capacidade eleitoral passiva está relacionada ao **direito de ser votado**, de ser eleito (elegibilidade). Para que o indivíduo adquira capacidade eleitoral passiva, ele deve **cumprir os requisitos constitucionais para a elegibilidade** e, além disso, **não incorrer em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade**, que são impedimentos à capacidade eleitoral passiva.

E quais são as condições (requisitos) de elegibilidade?

A resposta está no art.14, §3º, CF/88:

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

Como se percebe, a elegibilidade somente será possível pelo **cumprimento cumulativo** de todos os requisitos acima relacionados.

O inciso I exige como requisito para a elegibilidade a **nacionalidade brasileira**. Assim, os brasileiros **natos ou naturalizados** poderão ser eleitos a mandatos eletivos; os estrangeiros, por sua vez, não poderão ser eleitos, ressalvados os portugueses equiparados, que recebem tratamento equivalente ao de brasileiro naturalizado. Cabe destacar, todavia, que há certos cargos políticos que são privativos de brasileiros natos (art. 12, § 3º, CF/88).

O inciso II menciona que o **pleno exercício dos direitos políticos** é condição de elegibilidade. Os indivíduos que incorrerem em alguma hipótese de perda ou suspensão de direitos políticos não serão elegíveis. Um exemplo de suspensão de direitos políticos é a improbidade administrativa.

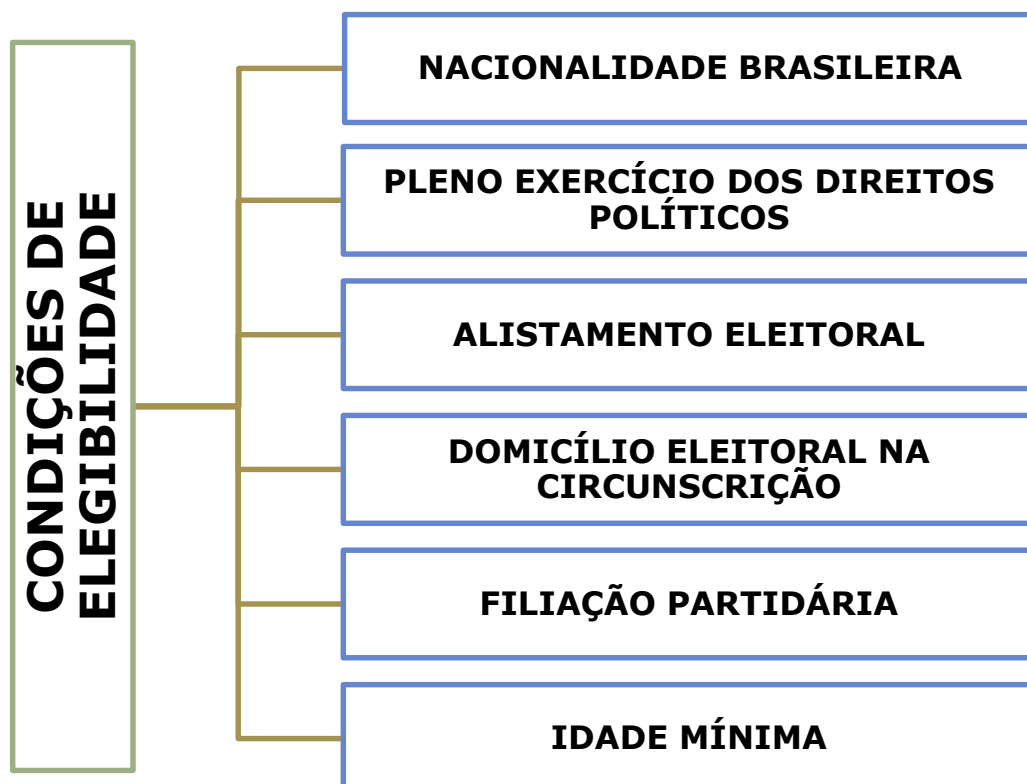
O inciso III estabelece que o **alistamento eleitoral** é um requisito de elegibilidade. Nesse sentido, os inalistáveis (estrangeiros e os conscritos) não serão elegíveis, isto é, não podem ser votados. Assim, percebe-se que a capacidade eleitoral passiva está condicionada ao exercício da capacidade eleitoral ativa.

O inciso IV determina que o **domicílio eleitoral na circunscrição** é requisito de elegibilidade. Assim, aquele que pretenda se candidatar deve ter seu domicílio eleitoral no local no qual irá concorrer às eleições. Exemplo: Joaquim pretende concorrer a Governador de Minas Gerais, logo, ele deverá ter seu título de eleitor naquele Estado. **Não se pode confundir domicílio eleitoral com domicílio civil**: é plenamente possível que alguém resida em Brasília (domicílio civil), mas seu título de eleitor seja de Belo Horizonte (domicílio eleitoral).

O inciso V trata da **filiação partidária** como condição de elegibilidade. Sobre esse ponto, vale destacar que, no Brasil, não se admite a candidatura avulsa (candidatura desvinculada de partido político). Segundo o STF, a **desfiliação partidária implica na perda do mandato eletivo**, salvo justa causa.

Por último, o inciso VI trata do requisito de **idade mínima**. Vale a pena memorizar esse dispositivo, pois é bastante cobrado em prova!

Esquematizando:



3- Direitos Políticos Negativos:

Os direitos políticos negativos são normas que **limitam o exercício do sufrágio**, restringindo a participação do indivíduo na vida política do Estado. Podemos dividir os direitos políticos negativos em duas espécies: **i)** as **inelegibilidades** e; **ii)** as hipóteses de **perda e suspensão dos direitos políticos**.

3.1- Inelegibilidades:

As inelegibilidades constituem condições que **obstam o exercício da capacidade eleitoral passiva** por um indivíduo. A Constituição Federal estabeleceu algumas hipóteses de inelegibilidade (art. 14, §§ 4º ao 7º), mas elas **não são exaustivas**. Isso porque a própria Constituição expressamente autoriza que **lei complementar** estabeleça outras hipóteses de inelegibilidade

Podemos dividir as inelegibilidades em dois grandes grupos:

a) inelegibilidades absolutas: São regras que impedem a candidatura e, consequentemente, o exercício de **qualquer cargo político**. Estão relacionadas a características pessoais do indivíduo. As inelegibilidades absolutas foram **taxativamente previstas** pela Constituição Federal, ou seja, não podem ser criadas novas inelegibilidades absolutas pela legislação infraconstitucional.

Segundo o art. 14, §4º, são inelegíveis os **inalistáveis** e os **analfabetos**. Veja que os analfabetos, apesar de poderem votar (voto facultativo), não podem ser votados. E que, entre os inalistáveis, temos os estrangeiros e os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.

b) inelegibilidades relativas: São regras que obstam a candidatura a **certos cargos políticos**, em virtude de situações específicas previstas na Constituição ou em lei complementar. Não estão vinculadas à condição pessoal do indivíduo e, por isso, não resultam em impedimento categórico ao exercício de qualquer cargo. Assim, o indivíduo não poderá se candidatar a determinados cargos, mas poderá concorrer a outros.

As inelegibilidades relativas previstas na Constituição podem ser de diferentes tipos: **i)** inelegibilidade relativa por motivos funcionais; **ii)** inelegibilidade relativa por motivo de casamento, parentesco ou afinidade (inelegibilidade reflexa); **iii)** inelegibilidade relativa à condição de militar.

A **inelegibilidade por motivos funcionais** está prevista no art. 14, §5º, que dispõe que "*o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos* **poderão ser reeleitos para um único período**

subsequente". Com base nessa regra, os Chefes do Poder Executivo (Presidente, Governador e Prefeito) somente podem cumprir **dois mandatos consecutivos no mesmo cargo**.

Destaque-se que é plenamente possível que alguém cumpra três ou mais mandatos como Chefe do Poder Executivo, **desde que estes não sejam consecutivos**. Assim, se o terceiro mandato vier alternado com o mandato de outra pessoa, não haverá qualquer vedação à eleição. Como exemplo, embora Lula tenha sido Presidente por dois mandatos consecutivos (2003 – 2006 e 2007-2010), não haveria qualquer empecilho a que ele se candidatasse novamente a Presidente em 2014.

A vedação à reeleição para mais de um período subsequente é regra que se impõe somente àqueles que cumpram **mandatos de Chefe do Poder Executivo**. Os mandatos no Poder Legislativo não seguem essa regra: é plenamente possível que um Deputado ou Senador seja eleito para ilimitados mandatos sucessivos.

Segundo o STF, o cidadão que já exerceu dois mandatos consecutivos de prefeito, ou seja, foi eleito e reeleito, fica **inelegível para um terceiro mandato, ainda que seja em município diferente**. Veda-se, com isso, a figura do "**prefeito itinerante**", que exerce mais de dois mandatos consecutivos em municípios distintos. De acordo com o Plenário, tendo em vista a segurança jurídica, esse entendimento deve ser aplicado a partir das eleições de 2012 e, portanto, não pode retroagir para alcançar o mandato de quem foi eleito dessa forma nas eleições municipais anteriores⁶.

Há, ainda, outros **entendimentos importantes** sobre a inelegibilidade por motivos funcionais:

- 1)** O cidadão que já foi Chefe do Poder Executivo por dois mandatos consecutivos **não poderá**, na eleição seguinte, **se candidatar ao cargo de Vice**. Exemplo: Lula foi Presidente da República por 2 mandatos consecutivos (2003 – 2006 e 2007-2010). Nas eleições de 2010, ele não poderia ter se candidatado a Vice de Dilma Rousseff.
- 2)** Os **Vices** (Vice-Presidente da República, Vice-Governador e Vice-Prefeito) **também só poderão se reeleger, para o mesmo cargo, por um único período subsequente**. Exemplo: Michel Temer, atual Vice-Presidente da República, poderá se candidatar, em 2014, a um novo mandato como Vice-Presidente. No entanto, ele não poderá se candidatar a um terceiro mandato consecutivo como Vice-Presidente.

⁶ RE 637485/RJ, rel. Min. Gilmar Mendes, 1º.8.2012. (RE-637485)

3) Os Vices, reeleitos ou não, poderão se candidatar ao cargo do titular na eleição seguinte, mesmo que o tenham substituído no curso do mandato.

Um caso importante, que inclusive chegou ao STF, foi o que envolveu o governo do estado de São Paulo. Mário Covas foi eleito Governador de SP em 1994, tendo como Vice-Governador, Geraldo Alckmin. Em 1998, Covas é reeleito Governador e, novamente, Geraldo Alckmin é o seu Vice. Até aqui, nenhum problema! Como já vimos, é plenamente possível dois mandatos consecutivos no mesmo cargo do Poder Executivo.

Em 2001, no curso do segundo mandato, Covas veio a falecer, ocorrendo a vacância do cargo de Governador. Alckmin assume como Governador em definitivo e completa o mandato de seu antecessor. Em 2002, Alckmin se candidata a um novo mandato como Governador e é eleito. A pergunta que se faz, então, é a seguinte: estaria Alckmin cumprindo um terceiro mandato consecutivo?

A polêmica chegou ao STF, que entendeu que **Alckmin poderia, sim, assumir o mandato de Governador** nesse novo mandato. Isso porque os Vices, reeleitos ou não, poderão se candidatar ao cargo do titular na eleição seguinte, mesmo que o tenham substituído no curso do mandato.

E se o Presidente, Governador ou Prefeito quiser se candidatar a **outro cargo**, diferente de Chefe do Poder Executivo? Poderá fazê-lo?

Sim, poderá. No entanto, o art. 14, § 6º, CF/88 determina que "para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem **renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito**." Essa é a famosa "desincompatibilização", que busca impedir que o Chefe do Poder Executivo se utilize da "máquina pública" para se eleger a um outro cargo.

Cabe destacar que a desincompatibilização **não é necessária quando o Chefe do Poder Executivo vá concorrer à reeleição**. Só cabe falar em desincompatibilização quando o Chefe do Poder Executivo se candidata a um novo cargo. Seria o caso, por exemplo, em que um Governador deseja se candidatar a Senador nas próximas eleições. Para fazê-lo, ele precisará renunciar ao cargo de Governador 6 meses antes do pleito eleitoral.

E os Vices? Precisam se desincompatibilizar?

O Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito **poderão concorrer normalmente a outros cargos, preservando seus mandatos, desde**

que nos seis meses anteriores ao pleito não tenham sucedido ou substituído o titular.

Só para lembrar: a sucessão ocorre quando alguém (geralmente o Vice do Chefe do Executivo) ocupa o lugar do Chefe do Executivo até o final de seu mandato, passando a ocupar o seu cargo. É o que acontece se, por exemplo, o Presidente da República renunciar. O Vice-Presidente (em regra) passará a ocupar o cargo do Chefe do Executivo. Já na substituição, o Vice (ou outra pessoa) ocupa o cargo do Chefe do Executivo apenas temporariamente. É o que acontece quando o Presidente da República viaja para o exterior, por exemplo.

O STF **admite a candidatura** de **ex-prefeito de "município mãe" que renunciando seis meses antes da eleição, candidata-se a prefeito do "município-filho"**, desmembrado do município-mãe. Observe que, nesse caso, a desincompatibilização é necessária. Lembre-se apenas de que não será admitido o exercício de mais de 2 (dois) mandatos em municípios distintos ou, então, estaríamos diante da figura do "prefeito-itinerante", não autorizada pelo STF.

A **inelegibilidade reflexa** (por motivo de casamento, parentesco ou afinidade) está prevista no art. 14, § 7º, CF/88. Leva esse nome porque ela resulta do fato de que uma pessoa, ao ocupar um cargo de Chefe do Poder Executivo, **afeta a elegibilidade de terceiros** (seu cônjuge, parentes e afins).

Enfatize-se que somente são afetados por essa hipótese de inelegibilidade o cônjuge, parentes e afins de titular de cargo de **Chefe do Poder Executivo**; o fato de alguém ser titular de cargo do Poder Legislativo não traz qualquer implicação à elegibilidade de terceiros. Assim, se Joãozinho ocupa o cargo de Senador, seu cônjuge, parentes e afins poderão se candidatar normalmente, a qualquer cargo político.

Vejamos, agora, o exato conteúdo da inelegibilidade reflexa:

§ 7º - São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

A inelegibilidade reflexa alcança **somente o território de jurisdição do titular** do cargo do Poder Executivo. Assim, suponha que José seja Prefeito de São João del-Rei (MG). Seu cônjuge, parentes e afins, até o 2º grau, ou por adoção, **não poderão se candidatar**, nas próximas eleições, **a qualquer cargo dentro do território de São João del-Rei (MG)**. Não

poderão, portanto, se candidatar a Vereador. Entretanto, o cônjuge, parentes e afins, até o 2º grau, ou por adoção de José **poderão se candidatar, normalmente, a um cargo eletivo que extrapole o território de São João del-Rei (MG)**. Poderão, por exemplo, se candidatar a Governador de Minas Gerais, Senador, Deputado Federal.

Assim, temos que:

- a)** O cônjuge, parentes e afins, até o segundo grau, ou por adoção de Prefeito não poderão se candidatar a nenhum cargo dentro daquele Município (Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito).
- b)** O cônjuge, parentes e afins, até o segundo grau, ou por adoção de Governador não poderão se candidatar a nenhum cargo dentro daquele Estado. Isso inclui os cargos de Vereador, Prefeito e Vice-Prefeito (de qualquer dos Municípios daquele estado), bem como os cargos de Deputado Federal, Deputado Estadual e Senador, por aquele estado.
- c)** O cônjuge, parentes e afins, até o segundo grau, ou por adoção de Presidente não poderão se candidatar a nenhum cargo eletivo no País.

Segundo o STF, a inelegibilidade reflexa alcança também aqueles que tenham constituído **união estável com o Chefe do Poder Executivo**, inclusive no caso de **uniões homoafetivas**.

A **dissolução do casamento**, quando ocorrida durante o mandato, **não afasta a inelegibilidade reflexa**. É o que determina o STF na Súmula Vinculante nº 18:

"A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º, do artigo 14 da Constituição Federal".

Ainda da jurisprudência do STF, extraímos que, caso um município seja desmembrado, o **parente do prefeito do "município-mãe" é afetado pela inelegibilidade reflexa quanto ao município-filho**, não podendo candidatar-se à Prefeitura deste, por exemplo.

Ao lermos o art. 14, §7º, percebemos, em sua parte final, que há uma **exceção** à regra da inelegibilidade reflexa: *"salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição"*. Mas o que isso significa?

Significa que a **inelegibilidade reflexa não se aplica caso o cônjuge, parente ou afim já possua mandato eletivo**; nessa situação, será

possível que estes se candidatem à reeleição, mesmo se ocuparem cargos dentro da circunscrição do Chefe do Executivo.

Imagine, por exemplo, que João das Couves seja prefeito do Município de São João del-Rei (MG). Nas próximas eleições, seu irmão se elege Governador de Minas Gerais. Pergunta-se, então: João das Couves poderá se candidatar à reeleição no Município de São João del-Rei?

Sim, poderá. João das Couves não será afetado pela inelegibilidade reflexa, uma vez que ela **já era titular de mandato eletivo e, agora, é candidato à reeleição**.

Destaca-se, aqui, importante entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entende a Corte que **se o Chefe do Executivo renunciar seis meses antes da eleição**, seu cônjuge, parentes ou afins até o segundo grau **poderão candidatar-se a todos os cargos eletivos da circunscrição, desde que ele próprio pudesse concorrer à reeleição**. Isso é válido para o próprio cargo do titular.

Suponha, por exemplo, que Alfredo seja Governador de Minas Gerais, cumprindo o seu primeiro mandato. Na próxima eleição, ele poderia se reeleger (seria o segundo mandato consecutivo de Governador). Em virtude da inelegibilidade reflexa, sua esposa, Maria, não poderia se candidatar a nenhum cargo eletivo em Minas Gerais. Entretanto, caso Alfredo renuncie seis meses antes da eleição, Maria poderá candidatar-se ao cargo de Governadora. Isso somente será possível porque Alfredo poderia concorrer à reeleição.

Existe, ainda, a **inelegibilidade relativa à condição de militar**, a qual está prevista no art. 14, §8º, CF/88:

§8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:
I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
II - se contar mais de dez anos de serviço será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

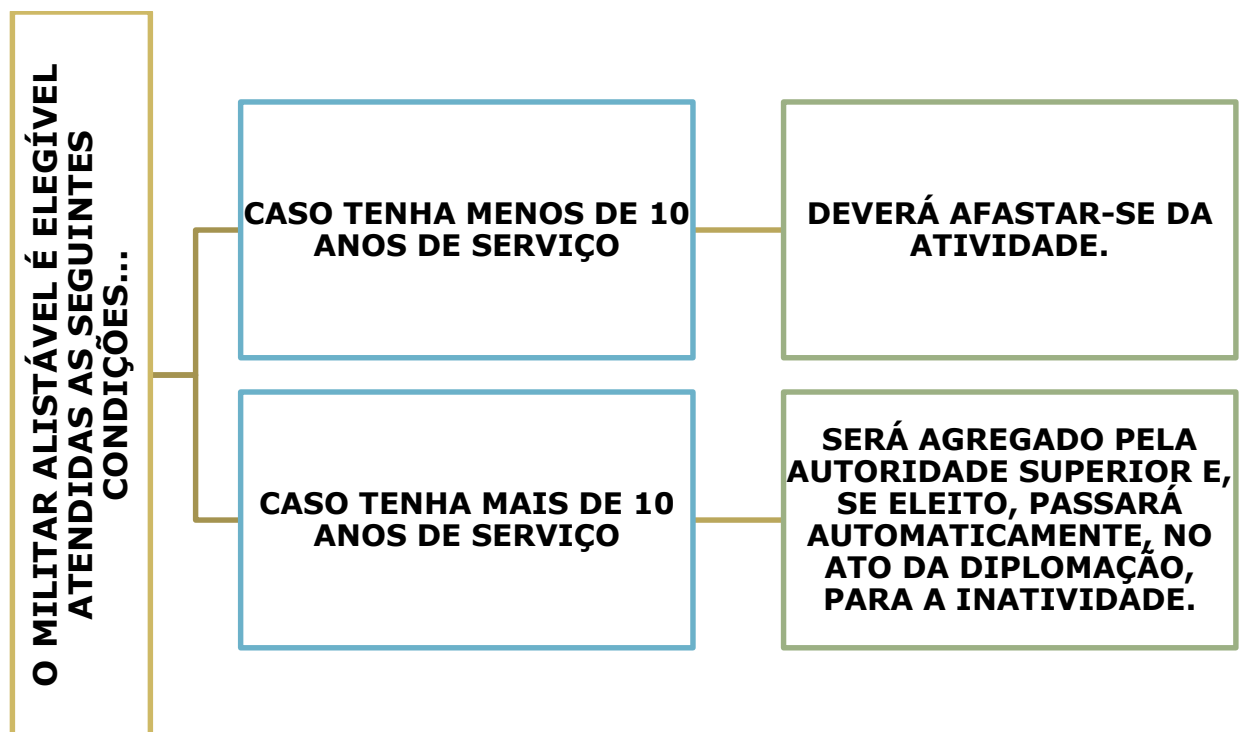
Analisando o dispositivo supracitado, percebe-se que apenas são elegíveis os **militares que forem alistáveis**; nesse sentido, percebe-se que os conscritos (aqueles que cumprem o serviço militar obrigatório), por não serem alistáveis, não serão elegíveis.

Entretanto, para que o militar seja elegível, ele deve cumprir certas condições, que **variam segundo o seu tempo de serviço**. Se o militar contar menos de 10 anos de serviço, ele deverá afastar-se da atividade. Por outro lado, caso o militar contar mais de 10 anos de serviço, ele será

agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação para a inatividade. Perceba que, nesse caso, o militar se conservará ativo até a diplomação.

Sabe-se que **uma das condições de elegibilidade é a filiação partidária**. É aqui que surge um problema relacionado à condição de militar: o art. 143, §3º, V, a Constituição **veda a filiação do militar a partido político**. Em tese, isso poderia impedir os militares de se candidatarem. Porém, o TSE, diante dessa situação, determinou que, caso o militar venha a candidatar-se, a ausência de prévia filiação partidária (uma das condições de elegibilidade) **será suprida pelo registro da candidatura** apresentada pelo partido político e autorizada pelo candidato.

Esquemmatizando:

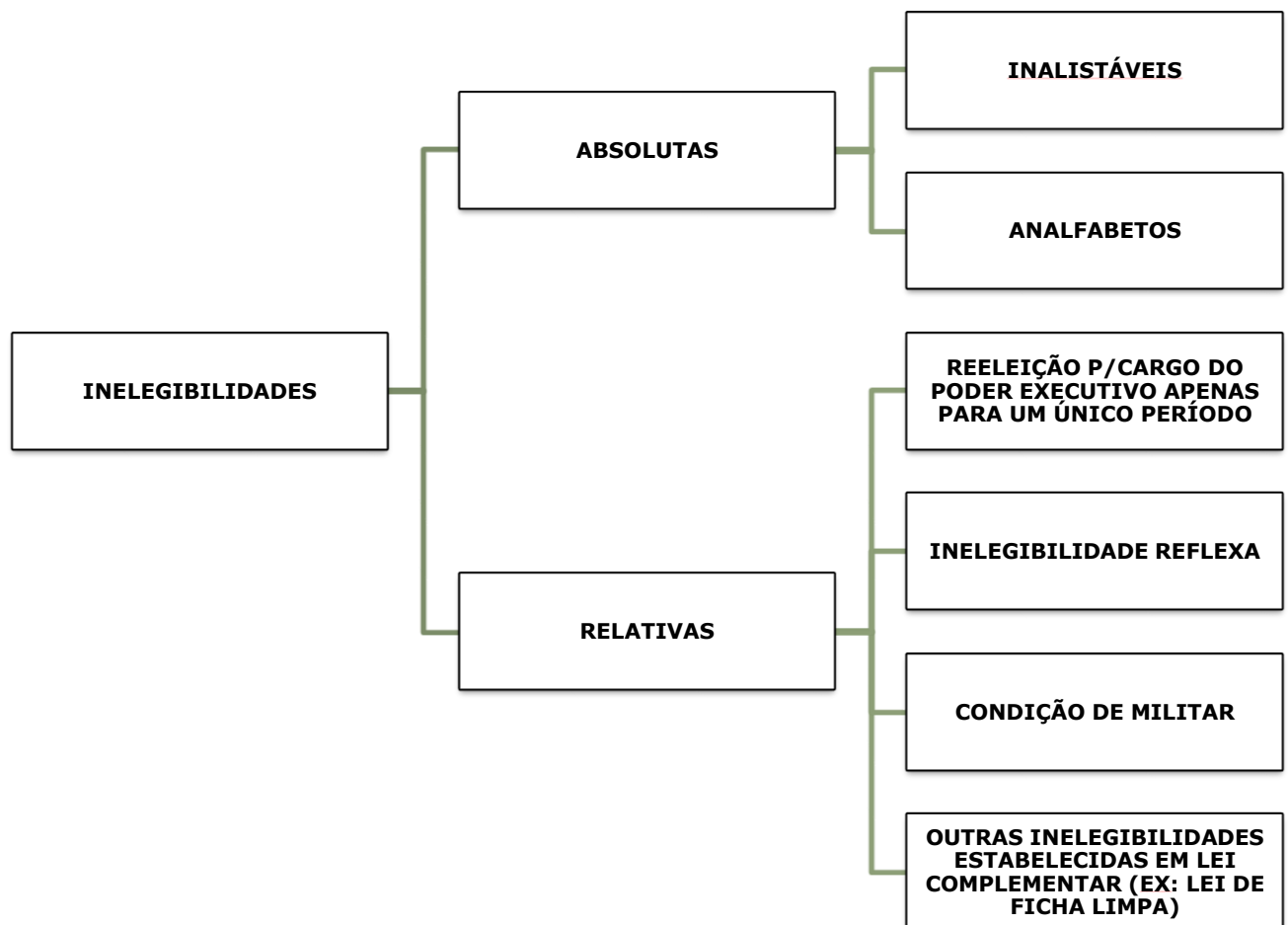


Como já mencionamos anteriormente, a Constituição prevê que **lei complementar nacional** poderá criar **outras hipóteses de inelegibilidade relativa**. Veja o que dispõe o §9º do art. 14 da CF/88:

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

Note que eu falei em **lei complementar (LC) nacional**. Qual a diferença entre uma lei nacional e uma lei federal? Guarde isso: a nacional abrange todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). É o caso do Código Penal, por exemplo. Já a federal, abrange somente a União. Exemplo: Lei 8.112/1990, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Embora nada tenha sido dito, uma **emenda constitucional também pode criar novas hipóteses de inelegibilidade relativa**. Outros atos normativos, jamais! Com base no §9º do art. 14 da Constituição, foi elaborada a LC nº 64/1990, que estabeleceu casos de inelegibilidade e determinou outras providências. Essa lei sofreu alteração recente pela Lei Complementar nº 135/2010, a **"Lei da Ficha Limpa"**, que previu novas hipóteses de inelegibilidade.



Os dispositivos a seguir são cobrados em sua literalidade:

§10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

O §10 traz um **prazo para a ação de impugnação do mandato eletivo (15 dias após a diplomação)** e as causas para a ação (abuso do poder econômico, corrupção ou fraude). O §11 determina que a ação **tramitará em segredo de justiça** (exceção à publicidade dos atos processuais) e prevê a punição para o autor que agir de má-fé.

3.2 – Perda e Suspensão dos direitos políticos:

No art. 15, a Constituição traz as **hipóteses de privação dos direitos políticos**. Esta pode dar-se de **maneira definitiva** (denominando-se **perda**) ou **temporária** (**suspensão**). Importante ressaltar que a Constituição, em resposta à ditadura que a precedeu, **não permite, em nenhuma hipótese, a cassação dos direitos políticos**. Que tal lermos juntos o art. 15?

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

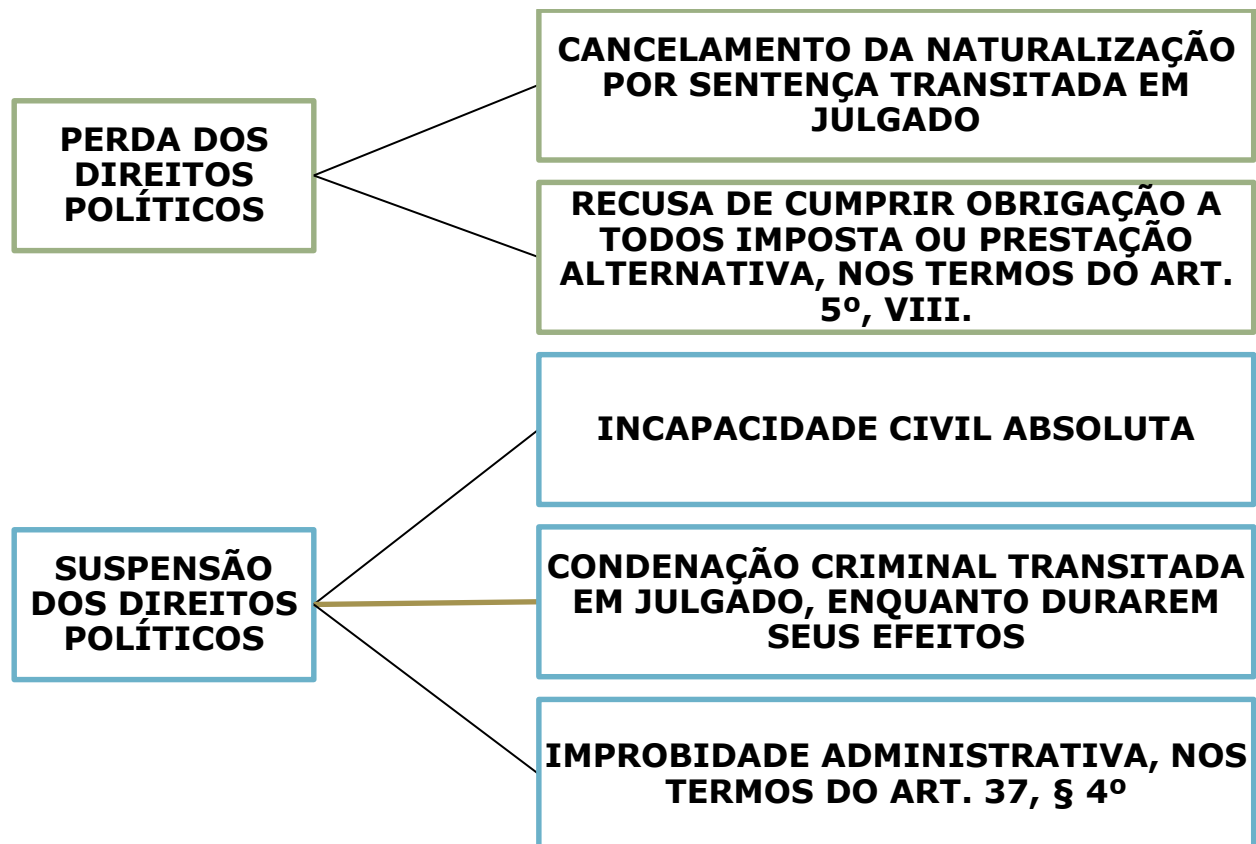
V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

A Constituição **não explicita quais são os casos de perda e quais são os casos de suspensão** dos direitos políticos. Entretanto, segundo a doutrina, esses dois institutos apresentam as seguintes diferenças:


a) A **perda** se dá por **prazo indeterminado**, enquanto a **suspensão** pode se dar tanto por **prazo determinado quanto por indeterminado**;

b) Na **perda**, a **reaquisição dos direitos políticos não é automática** após a cessação da causa; na **suspensão**, a **reaquisição é automática**.

Desse modo, para a maior parte dos doutrinadores, tem-se a perda nos incisos I e IV do art. 15 da CF e suspensão nos demais incisos. Vejamos o esquema abaixo!



No caso de **condenação criminal transitada em julgado**, a **suspensão dos direitos políticos é imediata**, implicando imediata perda do mandato eletivo. Trata-se, segundo o STF, de **norma autoaplicável**, que independe, para sua imediata incidência, de qualquer ato de intermediação legislativa.⁷

	A prisão de uma pessoa não é suficiente para que ocorra a suspensão de direitos políticos, afinal, há várias situações em que a prisão não é motivada por uma condenação criminal transitada em julgado. É o caso, por exemplo, da prisão em flagrante ou da prisão temporária, que não importarão em suspensão dos direitos políticos.
---	---

É importante ficarmos atentos quanto às consequências dos atos de improbidade administrativas. Segundo o art. 37, § 4º, os atos de improbidade administrativa resultarão na **perda do mandato** e na **suspensão dos direitos políticos**. É bastante comum que as bancas

⁷ STF, RMS 22.470-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, j. 11.06.96, DJ de 27.09.96.

examinadoras tentem enganar os alunos dizendo que, no caso de improbidade administrativa, haverá perda do mandato e dos direitos políticos. Isso está errado! Nessa situação, haverá **suspensão dos direitos políticos**.

A perda do mandato, entretanto, não se aplica a membro do Congresso Nacional. Por determinação do art. 55, § 2º, da CF/88, a perda do mandato será decidida pela Casa a que pertencer o congressista, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.⁸

4- Princípio da anterioridade eleitoral:

No art. 16, CF/88 a Constituição traz o princípio da **anterioridade eleitoral**:

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

O que você deve gravar para a prova? A **lei eleitoral tem vigência** ("força de lei") **imediatamente**, na data de sua publicação. Entretanto, **produz efeitos apenas em momento futuro**: não se aplica à eleição que ocorrer até um ano da data de sua vigência.

Com base nesse dispositivo, o STF⁹ afastou a aplicação da "Lei da Ficha Limpa" às eleições de 2010. Mesmo essa lei tendo entrado em vigor em 2010, não pôde ser aplicada às eleições realizadas nesse ano.



25. (CESPE/TJ CE/ TJAA – 2014) No que se refere a direitos políticos dispostos na CF, assinale a opção correta.

- a) Para ser eleito vereador é preciso ter, no mínimo, 21 anos de idade.
- b) É vedada a cassação de direitos políticos.

⁸ Nesse sentido, entende o STF que da "condenação criminal transitada em julgado, ressalvada a hipótese do art. 55, § 2º, da Constituição, resulta por si mesma a perda do mandato eletivo ou do cargo do agente político (RE 418.876, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. 30.03.04, DJ 04.06.04). .

⁹ RE 633703/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 23.03.2011, DJe 18.11.2011.

- c) Os brasileiros naturalizados podem votar, mas não podem concorrer a cargo eletivo.
- d) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros naturalizados.
- e) Os militares federais não são alistáveis.

Comentários:

A letra A está incorreta. Para ser eleito vereador é preciso ter, no mínimo, 18 anos de idade (art. 14, § 3º, VI, "d", CF).

A letra B está correta. O art. 15 da Constituição Federal veda a cassação de direitos políticos.

A letra C está incorreta. Os brasileiros naturalizados, satisfeitas todas as condições, podem votar e ser votados.

A letra D está incorreta. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para maiores de dezoito anos. Por sua vez, o voto é facultativo para: **i)** analfabetos; **ii)** maiores de setenta anos e ; **iii)** maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

A letra E está incorreta. O alistamento só é vedado aos conscritos, durante o serviço militar obrigatório, não aos militares em geral.

A letra B é o gabarito.

26. (CESPE/Câmara dos Deputados – 2014) Considere que determinado governador de estado esteja em seu primeiro mandato eletivo (2011-2014) e pretenda candidatar-se à reeleição para o mandato 2015-2018. Considere, ainda, que, em 2012, ele e sua esposa tenham rompido o vínculo conjugal. Nessa situação hipotética, caso seja confirmada a candidatura à reeleição, a ex-esposa não poderá candidatar-se, no ano de 2014, ao cargo de deputada estadual no estado em que seu ex-esposo é governador.

Comentários:

A questão cobra o conhecimento da súmula vinculante no 18, segundo a qual "a dissolução da sociedade ou vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7.º do art. 14 da Constituição Federal". Questão correta.

27. (CESPE/PGE BA – 2014) Não são alistáveis como eleitores nem os estrangeiros nem os militares.

Comentários:

São inalistáveis os estrangeiros e os conscritos (militares durante o serviço obrigatório). Os demais militares são, sim, alistáveis como eleitores. Questão incorreta.

28. (CESPE/PGE BA – 2014) As ações de impugnação de mandato eletivo tramitam necessariamente em segredo de justiça.

Comentários:

De acordo com o § 11 do art. 14 da CF/88, “a ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé”. Questão correta.

29. (CESPE / TRE-MS - 2013) O plebiscito e o referendo são formas de exercício indireto da soberania popular. A participação popular, em ambos os casos, faz-se posteriormente à promulgação da lei.

Comentários:

O plebiscito e o referendo são formas de **exercício direto** da soberania popular. No referendo, a manifestação popular ocorre posteriormente à promulgação da lei; no plebiscito, previamente. Questão incorreta.

30. (CESPE / TRF 2ª Região/Juiz - 2013) No Brasil, o alistamento eleitoral depende da iniciativa do nacional que preencha os requisitos constitucionais e legais exigidos, não havendo inscrição de ofício por parte da autoridade judicial eleitoral.

Comentários:

O alistamento eleitoral, no Brasil, se dá somente a pedido do interessado. Questão correta.

31. (CESPE / TRE-BA - 2010) A participação indireta do povo no poder ocorre com a representação. Nesta, o representante exerce um mandato e não fica vinculado à vontade dos representados. Além disso, o eleito não representa apenas os seus eleitores, mas toda a população de um território. Desse modo, o mandato é considerado livre e geral.

Comentários:

É isso mesmo! O mandato é considerado livre porque o representante tem total liberdade, não estando vinculado à vontade do eleitor. Esse tipo de mandato se contrapõe ao mandato imperativo, em que o representante se vincula à vontade do representado. Além disso, é considerado geral porque

o representante representa todo o povo, não só quem o elegeu. Questão correta.

32. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) É vedado aos estrangeiros, ainda que naturalizados brasileiros, o alistamento como eleitores.

Comentários:

Os brasileiros naturalizados têm, sim, direito ao alistamento como eleitores. Questão incorreta.

33. (CESPE / TRE-MA - 2009) Em conformidade com a CF, é obrigatório o voto para uma brasileira, analfabeta, que tenha 67 anos de idade no dia da eleição.

Comentários:

O alistamento e o voto são facultativos para os analfabetos. Questão incorreta.

34. (CESPE / TRE-MG - 2009) Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores.

Comentários:

Os estrangeiros, por força do art. 14, § 2º, da Constituição Federal, **não podem** se alistar como eleitores. Questão incorreta.

35. (CESPE / TRE-MG - 2009) Não são alistáveis os brasileiros conscritos, durante o serviço militar obrigatório, e os policiais militares.

Comentários:

Reza a Constituição que não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos (art. 14, § 1º). Essa vedação **não se estende aos policiais militares**. Questão incorreta.

36. (CESPE / ABIN - 2010) A soberania popular é exercida, em regra, por meio da democracia representativa. A Constituição Federal brasileira consagra, também, a democracia participativa ao prever instrumentos de participação intensa e efetiva do cidadão nas decisões governamentais.

Comentários:

De fato, alguns autores consideram nossa forma de democracia como sendo participativa, uma vez que prevê mecanismos de participação efetiva do cidadão nas decisões do governo. É o caso do orçamento participativo e da iniciativa popular de leis, por exemplo. Questão correta.

37. (CESPE / TRE-ES - 2011) O "status" de cidadão tem duas dimensões: a ativa, que se traduz pela capacidade de exercício do sufrágio, e a passiva, traduzida pela legitimação para acesso a cargos públicos.

Comentários:

De fato, segundo a doutrina, o direito ao sufrágio se expressa de dois modos: i) capacidade eleitoral ativa: direito de votar; ii) capacidade eleitoral passiva: direito de ser votado (acesso a cargos públicos). Questão correta.

38. (CESPE / TRE-MS - 2013) A atual CF permite candidaturas avulsas para a presidência da República, facultando aos candidatos dirigirem-se diretamente aos eleitores sem a necessidade de filiação partidária.

Comentários:

A filiação partidária é uma das condições de elegibilidade (art. 14, § 3º, CF). O ordenamento jurídico brasileiro **não permite candidaturas avulsas**. Questão incorreta.

39. (CESPE / TRE-MS - 2013) Uma das condições para concorrer em pleitos eleitorais é o prévio alistamento eleitoral.

Comentários:

É o que dispõe o art. 14, § 3º, da Constituição. Questão correta.

40. (CESPE / TRE-MS - 2013) É condição de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para o cargo de governador de estado.

Comentários:

A idade mínima para o exercício do cargo de Governador de Estado é de trinta anos (art. 14, § 3º, VI, "b", CF). Questão incorreta.

41. (CESPE / TRE-MS - 2013) Os analfabetos são inelegíveis.

Comentários:

É o que determina o art. 14, § 4º, da Constituição Federal. Questão correta.

42. (CESPE / TRE-MS - 2013) A ação de impugnação de mandato eletivo deverá ser proposta na justiça eleitoral no prazo de quinze dias da diplomação, independentemente de provas iniciais de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude cometida.

Comentários:

Reza a Constituição (art. 14, § 10) que o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, ***instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.*** Questão incorreta.

43. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) Considere que Petrônio tenha sido eleito e diplomado no cargo de prefeito de certo município no dia 1.º/1/2008. Nessa situação hipotética, o mandato eletivo de Petrônio poderá ser impugnado ante a justiça eleitoral, no prazo de 15 dias a contar da diplomação, por meio de ação instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Comentários:

É o que determina o § 10 do art. 15 da CF/88, segundo o qual “o *mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude*”. Questão correta.

44. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) Suponha que Pedro, deputado federal pelo estado X, seja filho do atual governador do mesmo estado. Nessa situação hipotética, Pedro é inelegível para concorrer à reeleição para um segundo mandato parlamentar pelo referido estado.

Comentários:

De acordo com o § 7º do art. 14, “são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição”. Pedro, por já ser deputado federal, poderá, sim, candidatar-se ao mesmo cargo. Trata-se de uma exceção à inelegibilidade reflexa. Questão incorreta.

45. (CESPE / TRE-ES - 2011) Todos os que sofrem condenação criminal com trânsito em julgado estão com seus direitos políticos

suspensos até que ocorra a extinção da punibilidade, como consequência automática da sentença condenatória.

Comentários:

É isso mesmo! Trata-se de consequência automática da sentença condenatória. Questão correta.

46. (CESPE / TCE-BA - 2010) A comprovação da improbidade administrativa, que poderá ser declarada tanto pela via judicial quanto por processo administrativo, gera a perda dos direitos políticos, que somente poderão ser readquiridos por meio de ação rescisória.

Comentários:

A comprovação da improbidade administrativa é causa de suspensão, não de perda dos direitos políticos. Questão incorreta.

47. (CESPE / TRE-BA - 2010) Os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório, são inalistáveis e inelegíveis.

Comentários:

Determina a Constituição que são inelegíveis os inalistáveis (art. 14., § 4º, CF). Como os conscritos, durante o serviço militar obrigatório, são inalistáveis (art. 14, § 2º, CF), são, por consequência, também inelegíveis. Questão correta.

48. (CESPE / TJ-DFT - 2007) São inelegíveis os inalistáveis.

Comentários:

É o que dispõe a Carta da República em seu art. 14., § 4º, CF. Questão correta.

49. (CESPE / MPE-SE - 2010) O militar somente pode ser candidato a cargo eletivo se possuir mais de dez anos de serviço.

Comentários:

Todos os militares alistáveis são elegíveis. Caso o militar tenha mais de 10 anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade. Questão incorreta.

50. (CESPE / DPU - 2010) É elegível o militar com mais de 10 anos de serviço, desde que seja agregado pela autoridade superior.

Comentários:

Se o militar contar mais de dez anos de serviço, para ser elegível deverá ser agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade (art. 14, § 8º, CF). Questão correta.

51. (CESPE / TRE-MG - 2009) Não é considerado elegível o nacional que esteja submetido à suspensão ou à perda de direitos políticos.

Comentários:

De fato, nesses casos o nacional não é elegível, uma vez que não está em pleno exercício de seus direitos políticos, condição de elegibilidade (art. 14, § 3º, CF). Questão correta.

52. (CESPE / TRE-MT - 2010) Caso um cidadão com trinta anos de idade, militar com oito anos de serviços prestados, pretenda se candidatar nas próximas eleições, ele deverá ser afastado temporariamente pela autoridade superior e, se eleito, passará, automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Comentários:

Nesse caso, como o militar tem menos de 10 anos de serviço, **deverá se afastar da atividade**. Questão incorreta.

53. (CESPE / TRE-MA - 2009) Caso um brasileiro, militar há 12 anos, pretenda candidatar-se a deputado estadual nas próximas eleições, então, para concorrer ao cargo eletivo, a CF exige somente que ele se afaste da atividade.

Comentários:

Nesse caso, por contar mais de dez anos de serviço, esse militar será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade (art. 14, § 8º, II, CF). **Não se exige que ele se afaste da atividade:** essa exigência só ocorre para os militares com menos de dez anos de serviço (art. 14, § 8º, I, CF). Questão incorreta.

54. (CESPE / TCE-ES - 2009) A capacidade eleitoral ativa é suficiente para a aquisição da capacidade eleitoral passiva.

Comentários:

Outros requisitos necessitam ser cumpridos para a aquisição da capacidade eleitoral passiva: algumas condições de elegibilidade e a não incidência em qualquer das inelegibilidades. Questão incorreta.

55. (CESPE / TCE-ES - 2009) São relativamente inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.**Comentários:**

Para os inalistáveis e os analfabetos, a inelegibilidade é absoluta. Questão incorreta.

56. (CESPE / MPE-RN - 2009) Os analfabetos são inalistáveis e inelegíveis.**Comentários:**

De fato, os analfabetos são inelegíveis (art. 14, § 4º, CF). Entretanto, têm alistamento e voto facultativos (art. 14, § 1º, II, "a", CF). Questão incorreta.

57. (CESPE / TRE-MG - 2009) Os analfabetos são alistáveis, razão pela qual dispõem de capacidade para votar e ser votado.**Comentários:**

Os analfabetos são, de fato, alistáveis, podendo votar (art. 14, § 1º, II, "a", CF). Entretanto, **são inelegíveis**, não podendo ser votados (art. 14, § 4º, CF). Questão incorreta.

58. (CESPE / DPU - 2010) A cassação dos direitos políticos é admitida em casos de crime de responsabilidade, desde que dado o direito de ampla defesa e contraditório ao indiciado pelo referido crime.**Comentários:**

A cassação de direitos políticos **é vedada** no ordenamento jurídico brasileiro (art. 15, "caput", CF). Questão incorreta.

59. (CESPE / MPE-SE - 2010) Mesmo que já sejam detentores de mandato eletivo ou candidatos à reeleição, são absolutamente inelegíveis o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, do

governador de estado, do prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito.

Comentários:

Nesse caso, o detentor de cargo eletivo candidato à reeleição é, sim, elegível, por força do art. 14, § 7º, da CF/88. Questão incorreta.

60. (CESPE / MPE-SE - 2010) Para concorrer à reeleição, os detentores de cargos eletivos no Poder Executivo não precisam renunciar ao mandato.

Comentários:

Apenas para concorrerem **a outros cargos**, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito (art. 14, § 6º, CF). Para concorrerem à reeleição, não há tal exigência. Questão correta.

61. (CESPE / TRE-MG - 2009) Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos não precisam renunciar aos respectivos mandatos antes do pleito.

Comentários:

Nada disso! De acordo com a Constituição, **para concorrerem a outros cargos**, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos **devem renunciar** aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito (art. 14, § 6º, CF). Para concorrerem à reeleição, não há tal exigência. Questão incorreta.

62. (CESPE / TRE-MT - 2010) Um cidadão com dezoito anos de idade, boliviano naturalizado brasileiro, não pode candidatar-se a vereador em uma pequena cidade do interior de um estado brasileiro, por faltar-lhe capacidade eleitoral passiva.

Comentários:

Nesse caso, foram cumpridas as condições para a elegibilidade, uma vez que houve a naturalização e há pleno exercício dos direitos políticos, por se tratar de um cidadão. Também o requisito de idade mínima (18 anos) foi obedecido. Assim, considerando que o enunciado não traz nenhuma condição de inelegibilidade, deduz-se que esse cidadão é, sim, elegível. Questão incorreta.

63. (CESPE / TRE-MT - 2010) Ao governador de determinado estado da Federação que pretenda candidatar-se a deputado federal nas próximas eleições não se exigirá a desincompatibilização do cargo, visto que se trata de eleição para outro cargo público.

Comentários:

Determina o § 6º do art. 14 da Constituição que para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos **devem renunciar** aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito. Exige-se, portanto, a desincompatibilização. Questão incorreta.

64. (CESPE / MPE-RN - 2009) O presidente da República, os governadores de estado e do DF e os prefeitos, caso desejem concorrer a outros cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

Comentários:

É o que determina o 6º do art. 14 da Constituição. Questão correta.

65. (CESPE / TRE-MT - 2010) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, devendo o autor responder, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Comentários:

É o que determina o § 11 do art. 14 da Constituição. Questão correta.

66. (CESPE / TRE-MT - 2010) A CF proíbe aos militares, enquanto estiverem em serviço ativo, a filiação a partidos políticos, razão pela qual os membros das Forças Armadas não podem ser candidatos a cargo eletivo, salvo se, em qualquer circunstância, afastarem-se definitivamente da atividade militar que desenvolvem.

Comentários:

De fato, é proibido ao militar se filiar a partido político. Entretanto, o militar pode, sim, se candidatar a cargo eletivo, cumpridas as condições do § 8º do art. 14 da CF/88. O TSE determinou que, caso o militar venha a candidatar-se, a ausência de prévia filiação partidária (uma das condições de elegibilidade) será suprida pelo registro da candidatura apresentada pelo partido político e autorizada pelo candidato. Questão incorreta.

67. (CESPE / TCE-ES - 2009) A condenação criminal com trânsito em julgado configura hipótese de perda dos direitos políticos.

Comentários:

A condenação criminal transitada em julgado é hipótese de **suspensão** dos direitos políticos. Questão incorreta.

68. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) A condenação criminal com trânsito em julgado ensejará a perda dos direitos políticos do condenado.

Comentários:

Essa é uma questão recorrente do CESPE. Não custa repetir: a condenação criminal transitada em julgado é hipótese de **suspensão** dos direitos políticos. Questão incorreta.

69. (CESPE / TRE-MT - 2010) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorrer até seis meses antes da data de sua vigência.

Comentários:

Reza o art. 16 da Constituição que a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor **na data de sua publicação**, não se aplicando à eleição que ocorra **até um ano da data de sua vigência**. Questão incorreta.

70. (CESPE / TCE-ES - 2009) Lei complementar é a única espécie normativa autorizada pela CF para disciplinar a criação de outros casos de inelegibilidade relativa, além dos já previstos na própria CF.

Comentários:

É o que determina o art. 14, § 9º, da Constituição. Questão correta.

71. (CESPE / TRE-MA - 2009) Se um brasileiro, estudante, tem 20 anos de idade, milita por determinado partido político e está no pleno exercício dos seus direitos políticos, então, nesse caso, a CF permite que ele se candidate a vereador do município do seu domicílio eleitoral.

Comentários:

Esse brasileiro não incorre em nenhuma inelegibilidade. Tem idade maior do que a mínima exigida para os vereadores (art. 14, § 3º, VI, "d", CF) e está em pleno gozo de seus direitos políticos. Questão correta.

72. (CESPE / TRE-MS - 2013) A lei que alterar o processo eleitoral e os casos de inelegibilidade terá aplicação imediata, por força do princípio da probidade administrativa.

Comentários:

Reza o art. 16 da Constituição que a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, ***não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência***. Não há, portanto, aplicabilidade imediata da lei nesse caso. Questão incorreta.

LISTA DE QUESTÕES

1. (CESPE/TCDF/TAP – 2014) Cidadão português que legalmente adquira a nacionalidade brasileira não poderá exercer cargo da carreira diplomática, mas não estará impedido de exercer o cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores.

2. (CESPE/TJ CE/ TJAA – 2014) Em relação aos direitos de nacionalidade, assinale a opção correta considerando o disposto na CF.

- a) Considera-se brasileiro naturalizado o nascido no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe estrangeira, se o pai estiver a serviço da República Federativa do Brasil.
- b) O Distrito Federal e os municípios poderão ter símbolos próprios.
- c) Aos portugueses com residência permanente no país, serão atribuídos os direitos inerentes a brasileiro nato.
- d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que cometer crime contra a vida do presidente da República.
- e) É privativo de brasileiro nato o cargo de juiz de direito.

3. (CESPE/Polícia Federal – 2014) Considere que uma criança tenha nascido nos Estados Unidos da América (EUA) e seja filha de pai americano e de mãe brasileira, que trabalhava, à época do parto, na embaixada brasileira nos EUA. Nesse caso, a criança somente será considerada brasileira nata se for registrada na repartição brasileira competente nos EUA.

4. (CESPE/MDIC – 2014) Considere que Ana, cidadã brasileira, casada com Vladimir, cidadão russo, ocupe posto diplomático brasileiro na China quando Victor, filho do casal, nascer. Nessa situação, Victor será considerado brasileiro nato.

5. (CESPE/Câmara dos Deputados – 2014) Se um casal formado por um cidadão argentino e uma cidadã canadense for contratado pela República do Uruguai para prestar serviços em representação consular desse país no Brasil e, durante a prestação desses serviços, tiver um filho em território brasileiro, tal filho, conforme o disposto na CF, será brasileiro nato.

6. (CESPE / TJ-RR - 2012) Suponha que Jean tenha nascido na França quando sua mãe, diplomata brasileira de carreira, morava naquele país em razão de missão oficial. Nessa hipótese, segundo a CF, Jean será automaticamente considerado brasileiro naturalizado, com todos os direitos e deveres previstos no ordenamento jurídico brasileiro.

- 7. (CESPE / TRF 2ª Região - 2013) Com a Emenda Constitucional n.º 54/2007, passaram a ser considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai e mãe brasileiros, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir no Brasil após atingir a maioridade.**
- 8. (CESPE / TRF 2ª Região - 2013) Serão considerados brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos, mas, com relação aos originários de países de língua portuguesa, a CF prevê somente que tenham residência permanente no país como condição para adquirir a nacionalidade brasileira.**
- 9. (CESPE / TJ-AC - 2012) O cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores e o de ministro da Defesa são privativos de brasileiros natos.**
- 10. (CESPE / TRE-MS - 2013) O brasileiro naturalizado não pode ocupar o cargo de deputado federal, privativo de brasileiro nato.**
- 11. (CESPE / TRE-RJ - 2012) Os efeitos jurídicos de sentença transitada em julgado que trate da perda da nacionalidade brasileira não são personalíssimos, podendo-se estender, portanto, a terceiros.**
- 12. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) Segundo estipula a CF, na parte em que trata dos direitos de nacionalidade, é privativo de brasileiro nato o exercício do cargo de ministro de Estado.**
- 13. (CESPE / MPE-RN - 2009) Os cargos de deputado federal e senador da República são privativos de brasileiros natos.**
- 14. (CESPE / MPE-SE - 2010) Os estrangeiros originários de países de língua portuguesa adquirirão a nacionalidade brasileira se mantiverem residência contínua no território nacional pelo prazo mínimo de quatro anos, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização.**
- 15. (CESPE / TCE-BA - 2010) Somente o brasileiro naturalizado pode perder sua nacionalidade em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.**
- 16. (CESPE / TRT 21ª Região - 2010) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira somente podem ser considerados brasileiros natos se, após registrados em repartição brasileira competente, vierem a residir no Brasil e optarem pela nacionalidade brasileira.**

17. (CESPE / TRE-MT - 2010) A legislação infraconstitucional não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, de modo que, em virtude do princípio da igualdade, as únicas hipóteses de tratamento diferenciado são as que constam expressamente do texto constitucional.

18. (CESPE / TRE-MT - 2010) A naturalização é um direito público subjetivo que constitui ato administrativo de caráter vinculado, uma vez que o chefe do Poder Executivo encontra-se obrigado a concedê-la, desde que sejam atendidos os requisitos legais e constitucionais para sua obtenção.

19. (CESPE / TRE-MT - 2010) Aos portugueses com residência permanente no Brasil, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato.

20. (CESPE / Banco Central - 2009) A perda da nacionalidade brasileira pode decorrer de ato do ministro da Justiça ou de decisão judicial e tem como consequência o retorno do indivíduo à situação de estrangeiro.

21. (CESPE / OAB - 2009) Em nenhuma hipótese, brasileiro nato perde a nacionalidade brasileira.

22. (CESPE / ANATEL - 2009) Mário, casado com Ângela, é analista administrativo da ANATEL e esteve a serviço dessa agência em Paris nos meses de outubro e novembro de 2008, quando, nesse período, nasceu seu filho Lúcio, em hospital de Brasília. Caso Lúcio tivesse nascido em Paris, ele não poderia ocupar os cargos de ministro do Supremo Tribunal Federal e de oficial das Forças Armadas, haja vista que esses cargos são privativos de nascidos no Brasil.

23. (CESPE / INSS - 2010) O filho do embaixador da China no Brasil, caso nasça em território nacional, é considerado brasileiro nato.

24. (CESPE / Câmara dos Deputados - 2012) As distinções entre brasileiros natos e naturalizados, além das constantes na CF, devem ser previstas em lei complementar.

25. (CESPE/TJ CE/ TJAA – 2014) No que se refere a direitos políticos dispostos na CF, assinale a opção correta.

- a) Para ser eleito vereador é preciso ter, no mínimo, 21 anos de idade.
- b) É vedada a cassação de direitos políticos.
- c) Os brasileiros naturalizados podem votar, mas não podem concorrer a cargo eletivo.

- d) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros naturalizados.
- e) Os militares federais não são alistáveis.

26. (CESPE/Câmara dos Deputados – 2014) Considere que determinado governador de estado esteja em seu primeiro mandato eletivo (2011-2014) e pretenda candidatar-se à reeleição para o mandato 2015-2018. Considere, ainda, que, em 2012, ele e sua esposa tenham rompido o vínculo conjugal. Nessa situação hipotética, caso seja confirmada a candidatura à reeleição, a ex-esposa não poderá candidatar-se, no ano de 2014, ao cargo de deputada estadual no estado em que seu ex-esposo é governador.

27. (CESPE/PGE BA – 2014) Não são alistáveis como eleitores nem os estrangeiros nem os militares.

28. (CESPE/PGE BA – 2014) As ações de impugnação de mandato eletivo tramitam necessariamente em segredo de justiça.

29. (CESPE / TRE-MS - 2013) O plebiscito e o referendo são formas de exercício indireto da soberania popular. A participação popular, em ambos os casos, faz-se posteriormente à promulgação da lei.

30. (CESPE / TRF 2ª Região/Juiz - 2013) No Brasil, o alistamento eleitoral depende da iniciativa do nacional que preencha os requisitos constitucionais e legais exigidos, não havendo inscrição de ofício por parte da autoridade judicial eleitoral.

31. (CESPE / TRE-BA - 2010) A participação indireta do povo no poder ocorre com a representação. Nesta, o representante exerce um mandato e não fica vinculado à vontade dos representados. Além disso, o eleito não representa apenas os seus eleitores, mas toda a população de um território. Desse modo, o mandato é considerado livre e geral.

32. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) É vedado aos estrangeiros, ainda que naturalizados brasileiros, o alistamento como eleitores.

33. (CESPE / TRE-MA - 2009) Em conformidade com a CF, é obrigatório o voto para uma brasileira, analfabeta, que tenha 67 anos de idade no dia da eleição.

34. (CESPE / TRE-MG - 2009) Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores.

35. (CESPE / TRE-MG - 2009) Não são alistáveis os brasileiros conscritos, durante o serviço militar obrigatório, e os policiais militares.

- 36. (CESPE / ABIN - 2010) A soberania popular é exercida, em regra, por meio da democracia representativa. A Constituição Federal brasileira consagra, também, a democracia participativa ao prever instrumentos de participação intensa e efetiva do cidadão nas decisões governamentais.**
- 37. (CESPE / TRE-ES - 2011) O "status" de cidadão tem duas dimensões: a ativa, que se traduz pela capacidade de exercício do sufrágio, e a passiva, traduzida pela legitimação para acesso a cargos públicos.**
- 38. (CESPE / TRE-MS - 2013) A atual CF permite candidaturas avulsas para a presidência da República, facultando aos candidatos dirigirem-se diretamente aos eleitores sem a necessidade de filiação partidária.**
- 39. (CESPE / TRE-MS - 2013) Uma das condições para concorrer em pleitos eleitorais é o prévio alistamento eleitoral.**
- 40. (CESPE / TRE-MS - 2013) É condição de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para o cargo de governador de estado.**
- 41. (CESPE / TRE-MS - 2013) Os analfabetos são inelegíveis.**
- 42. (CESPE / TRE-MS - 2013) A ação de impugnação de mandato eletivo deverá ser proposta na justiça eleitoral no prazo de quinze dias da diplomação, independentemente de provas iniciais de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude cometida.**
- 43. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) Considere que Petrônio tenha sido eleito e diplomado no cargo de prefeito de certo município no dia 1.º/1/2008. Nessa situação hipotética, o mandato eletivo de Petrônio poderá ser impugnado ante a justiça eleitoral, no prazo de 15 dias a contar da diplomação, por meio de ação instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.**
- 44. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) Suponha que Pedro, deputado federal pelo estado X, seja filho do atual governador do mesmo estado. Nessa situação hipotética, Pedro é inelegível para concorrer à reeleição para um segundo mandato parlamentar pelo referido estado.**
- 45. (CESPE / TRE-ES - 2011) Todos os que sofrem condenação criminal com trânsito em julgado estão com seus direitos políticos suspensos até que ocorra a extinção da punibilidade, como consequência automática da sentença condenatória.**

- 46. (CESPE / TCE-BA - 2010) A comprovação da improbidade administrativa, que poderá ser declarada tanto pela via judicial quanto por processo administrativo, gera a perda dos direitos políticos, que somente poderão ser readquiridos por meio de ação rescisória.**
- 47. (CESPE / TRE-BA - 2010) Os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório, são inalistáveis e inelegíveis.**
- 48. (CESPE / TJ-DFT - 2007) São inelegíveis os inalistáveis.**
- 49. (CESPE / MPE-SE - 2010) O militar somente pode ser candidato a cargo eletivo se possuir mais de dez anos de serviço.**
- 50. (CESPE / DPU - 2010) É elegível o militar com mais de 10 anos de serviço, desde que seja agregado pela autoridade superior.**
- 51. (CESPE / TRE-MG - 2009) Não é considerado elegível o nacional que esteja submetido à suspensão ou à perda de direitos políticos.**
- 52. (CESPE / TRE-MT - 2010) Caso um cidadão com trinta anos de idade, militar com oito anos de serviços prestados, pretenda se candidatar nas próximas eleições, ele deverá ser afastado temporariamente pela autoridade superior e, se eleito, passará, automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.**
- 53. (CESPE / TRE-MA - 2009) Caso um brasileiro, militar há 12 anos, pretenda candidatar-se a deputado estadual nas próximas eleições, então, para concorrer ao cargo eletivo, a CF exige somente que ele se afaste da atividade.**
- 54. (CESPE / TCE-ES - 2009) A capacidade eleitoral ativa é suficiente para a aquisição da capacidade eleitoral passiva.**
- 55. (CESPE / TCE-ES - 2009) São relativamente inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.**
- 56. (CESPE / MPE-RN - 2009) Os analfabetos são inalistáveis e inelegíveis.**
- 57. (CESPE / TRE-MG - 2009) Os analfabetos são alistáveis, razão pela qual dispõem de capacidade para votar e ser votado.**
- 58. (CESPE / DPU - 2010) A cassação dos direitos políticos é admitida em casos de crime de responsabilidade, desde que dado o direito de ampla defesa e contraditório ao indiciado pelo referido crime.**

- 59. (CESPE / MPE-SE - 2010) Mesmo que já sejam detentores de mandato eletivo ou candidatos à reeleição, são absolutamente inelegíveis o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, do governador de estado, do prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito.**
- 60. (CESPE / MPE-SE - 2010) Para concorrer à reeleição, os detentores de cargos eletivos no Poder Executivo não precisam renunciar ao mandato.**
- 61. (CESPE / TRE-MG - 2009) Para concorrerem a outros cargos, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos não precisam renunciar aos respectivos mandatos antes do pleito.**
- 62. (CESPE / TRE-MT - 2010) Um cidadão com dezoito anos de idade, boliviano naturalizado brasileiro, não pode candidatar-se a vereador em uma pequena cidade do interior de um estado brasileiro, por faltar-lhe capacidade eleitoral passiva.**
- 63. (CESPE / TRE-MT - 2010) Ao governador de determinado estado da Federação que pretenda candidatar-se a deputado federal nas próximas eleições não se exigirá a desincompatibilização do cargo, visto que se trata de eleição para outro cargo público.**
- 64. (CESPE / MPE-RN - 2009) O presidente da República, os governadores de estado e do DF e os prefeitos, caso desejem concorrer a outros cargos, devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.**
- 65. (CESPE / TRE-MT - 2010) A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, devendo o autor responder, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.**
- 66. (CESPE / TRE-MT - 2010) A CF proíbe aos militares, enquanto estiverem em serviço ativo, a filiação a partidos políticos, razão pela qual os membros das Forças Armadas não podem ser candidatos a cargo eletivo, salvo se, em qualquer circunstância, afastarem-se definitivamente da atividade militar que desenvolvem.**
- 67. (CESPE / TCE-ES - 2009) A condenação criminal com trânsito em julgado configura hipótese de perda dos direitos políticos.**
- 68. (CESPE / TRF 5ª Região - 2009) A condenação criminal com trânsito em julgado ensejará a perda dos direitos políticos do condenado.**

69. (CESPE / TRE-MT - 2010) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorrer até seis meses antes da data de sua vigência.

70. (CESPE / TCE-ES - 2009) Lei complementar é a única espécie normativa autorizada pela CF para disciplinar a criação de outros casos de inelegibilidade relativa, além dos já previstos na própria CF.

71. (CESPE / TRE-MA - 2009) Se um brasileiro, estudante, tem 20 anos de idade, milita por determinado partido político e está no pleno exercício dos seus direitos políticos, então, nesse caso, a CF permite que ele se candidate a vereador do município do seu domicílio eleitoral.

72. (CESPE / TRE-MS - 2013) A lei que alterar o processo eleitoral e os casos de inelegibilidade terá aplicação imediata, por força do princípio da probidade administrativa.



1.	CORRETA
2.	LETRA B
3.	INCORRETA
4.	CORRETA
5.	CORRETA
6.	INCORRETA
7.	INCORRETA
8.	INCORRETA
9.	INCORRETA
10.	INCORRETA
11.	INCORRETA
12.	INCORRETA
13.	INCORRETA
14.	INCORRETA
15.	CORRETA
16.	INCORRETA
17.	CORRETA
18.	INCORRETA
19.	INCORRETA
20.	INCORRETA
21.	INCORRETA
22.	INCORRETA
23.	INCORRETA
24.	INCORRETA
25.	LETRA B
26.	CORRETA
27.	INCORRETA
28.	CORRETA
29.	INCORRETA
30.	CORRETA
31.	CORRETA
32.	INCORRETA
33.	INCORRETA
34.	INCORRETA
35.	INCORRETA

36.	CORRETA
37.	CORRETA
38.	INCORRETA
39.	CORRETA
40.	INCORRETA
41.	CORRETA
42.	INCORRETA
43.	CORRETA
44.	INCORRETA
45.	CORRETA
46.	INCORRETA
47.	CORRETA
48.	CORRETA
49.	INCORRETA
50.	CORRETA
51.	CORRETA
52.	INCORRETA
53.	INCORRETA
54.	INCORRETA
55.	INCORRETA
56.	INCORRETA
57.	INCORRETA
58.	INCORRETA
59.	INCORRETA
60.	CORRETA
61.	INCORRETA
62.	INCORRETA
63.	INCORRETA
64.	CORRETA
65.	CORRETA
66.	INCORRETA
67.	INCORRETA
68.	INCORRETA
69.	INCORRETA
70.	CORRETA
71.	CORRETA
72.	INCORRETA